



Revisa Goiás

Recompondo e ampliando aprendizagens...



3ª Série

**Ciências Humanas
e Sociais Aplicadas**

2º Bimestre - 2026

Estudante

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

HISTÓRIA



Caríssimo estudante,
Neste bimestre, você irá estudar o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, refletindo sobre como essas instituições atuam e quais impactos geram em diferentes realidades. Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é importante desenvolver um olhar integrado, percebendo que os conhecimentos não estão separados, mas dialogam entre si.

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é importante desenvolver um olhar integrado, percebendo que os conhecimentos não estão separados, mas dialogam entre si.

Ao longo das aulas, você vai perceber que os componentes da área, se conectam. Em Filosofia, por exemplo, você iniciará com uma retrospectiva do pensamento da filosofia cristã, com Tomás de Aquino, refletindo sobre o papel do governante no cuidado com os súditos. Em seguida, estudará a influência da Filosofia Humanista, por meio de Erasmo de Roterdã, analisando as bases éticas que contribuem para a construção de uma visão crítica sobre os organismos internacionais, especialmente no contexto dos Direitos Humanos.

Em História, você irá compreender o contexto histórico de criação desses organismos, entendendo os acontecimentos e interesses que levaram ao seu surgimento. Já em Sociologia, o foco será analisar a atuação e o papel dessas instituições na sociedade, principalmente em países de capitalismo dependente.

Ao longo desse percurso, você será capaz de compreender melhor as relações entre guerras, disputas ideológicas e a reorganização política internacional que marcou o mundo contemporâneo, desenvolvendo uma visão mais crítica e contextualizada sobre os processos históricos que ajudaram a moldar a atual ordem mundial.

Leia o texto

Texto I

Contexto histórico da Segunda Guerra Mundial.

Para entender melhor os motivos que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial, é importante saber o contexto histórico daquela época. Um dos principais pontos é o fato de que os países vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) consideraram a Alemanha culpada pelo conflito. Por conta disso, o Estado alemão teve de assinar o Tratado de Versalhes em 1919, o que o fez perder territórios e pagar pesadas indenizações. Como consequência desse tratado, a Alemanha entrou em uma grave crise econômica e política. Essa situação fez com que os alemães se sentissem altamente injustiçados e gerou um sentimento de vingança na população.

Dez anos depois, a quebra da bolsa de Nova Iorque culminou na **Crise de 1929** e agravou a recessão econômica na Alemanha, levando à escassez de alimentos e ao aumento da inflação aos quatro dígitos. Culminando também com a ascensão dos regimes totalitários.

A ascensão desses regimes na Europa, é outra parte a ser destacada sobre o contexto histórico que influenciou no início da Segunda Guerra Mundial.

Itália.

Não era só a Alemanha que passava por uma grave crise econômica, marcada pelos altos níveis de inflação e desemprego, além de queda na produção industrial. Foi em meio a um cenário desanimador para os italianos que Benito Mussolini fundou, em 1919, o **Partido Fascista**. As principais características do partido eram: ultranacionalismo, oposição à democracia liberal e ao socialismo – que se instalou na União Soviética (URSS) após a Revolução Russa de 1917.

A Revolução Russa e a ascensão do socialismo no país que viria a formar a URSS é um ponto importante tanto para entender o fascismo italiano quanto a Segunda Guerra Mundial. Como diversas classes da sociedade temiam que a ideologia se espalhasse pela Europa, muitas optaram por apoiar regimes totalitários como o liderado por Mussolini.

O Partido Fascista contava com o apoio da burguesia e da Igreja Católica, além de outros setores da sociedade civil. Em 1922, Benito Mussolini marchou com os “Camisas Negras” – como eram conhecidos os militantes fascistas – sobre Roma, em uma grande manifestação a favor do Partido Fascista. Poucos dias depois, o então primeiro-ministro italiano, Luigi Facta, renunciou ao cargo e foi substituído por Mussolini, convidado pelo rei Vitor Manuel II para comandar o governo.

Enquanto estava no poder, o Partido Fascista tornou-se o **único partido permitido na Itália**, perseguiu e matou adversários políticos e também implantou o corporativismo – modelo que colocava os sindicatos, tanto de patrões quanto de empregados, sob controle do governo. Os discretos ganhos econômicos conquistados pelo Partido Fascista – que agiu nessa esfera, principalmente, por meio de incentivo a obras públicas – foram abalados com a Crise de 1929. A partir da recessão, Mussolini passou a apostar na expansão territorial como uma estratégia de resolver e colocar em segundo plano os problemas internos da Itália.

Alemanha.

O Tratado de Versalhes – firmado após a Primeira Guerra Mundial – prejudicou gravemente a Alemanha e fez surgir um sentimento de revanchismo. A precária situação econômica do país não conseguiu ser revertida pelo governo republicano que assumira o país após 1918 e,

como alternativa, em 1919 surgiu o **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** – o **Partido Nazista**. Liderado pelo ex-cabo do exército Adolf Hitler, compartilhava crenças com o Partido Fascista italiano – como o ultranacionalismo –, mas trazia uma nova característica: **o racismo**. A ideia disseminada por Hitler e seus apoiadores era de que os alemães pertenciam a uma raça pura e superior – a raça ariana – e que as demais etnias deveriam ser subjulgadas ou exterminadas.

Aqui, você talvez se pergunte: como a população passou a apoiar essa ideia? Com um discurso populista e demagógico (com capacidade de influenciar o povo), o Partido Nazista e a figura do líder Adolf Hitler apelavam aos sentimentos populares de que a Alemanha fora injustiçada pelo Tratado de Versalhes. Além desse apelo, o discurso era demagógico por acusar um **culpado** pelos problemas sociais e econômicos causados à Alemanha: a comunidade judaica. Assim, a comunicação direta com a população – realizada por meio das rádios e dos jornais impressos, os quais constituíam as grandes mídias de massa da época – fez com que o discurso nazista fosse “comprado” por uma ampla porção da população.

Em 1932, apoiado pela burguesia e por setores conservadores da sociedade, o Partido Nazista conquistou diversos assentos no parlamento por meio das eleições na Alemanha. Um ano depois, Hitler foi nomeado primeiro-ministro e, em 1934, tornou-se chefe de governo e de Estado. Assim, ele passou a ser chamado de **Führer** (líder) e inaugurou o **III Reich** (império).

Ações do Partido Nazista – como o intervencionismo econômico – fortaleceram a indústria alemã e diminuíram o desemprego. Demais partidos políticos foram proibidos, jornais de oposição foram fechados e minorias, como os judeus, perseguidas. Desrespeitando o Tratado de Versalhes, Hitler também **remilitarizou a Alemanha**.



Hitler e Mussolini em visita à Veneza (Itália), em 1934 (Foto: Congresso dos EUA | WikiMedia).

Com conjunturas políticas e econômicas tão parecidas, era só uma questão de tempo até a Alemanha e a Itália formarem uma aliança. Isso aconteceu em 1936, quando os dois Estados assinaram um tratado de colaboração. A assinatura desse tratado e a consequente criação do **Eixo Berlim-Roma** nasceu não apenas devido às semelhanças ideológicas dos dois governos totalitários, mas também por conta do isolamento internacional que os dois Estados enfrentavam.

A Alemanha fora “excluída” da comunidade internacional com o Tratado de Versalhes, sendo até mesmo impedida de integrar a Liga das Nações – uma organização internacional fundada após a Primeira Guerra Mundial – em um primeiro momento. Por sua vez, a Itália fora severamente punida com sanções internacionais após invadir o norte da África. Quando a Alemanha não aderiu às sanções, uma porta foi aberta para a aproximação entre os dois países.

Outros estados europeus, nada fizeram quando Hitler quebrou o Tratado de Versalhes. Havia uma ideia de que o nazismo iria impedir a expansão da URSS e do socialismo pela Europa Ocidental e, não se opuseram, nem quando a Alemanha anexou outros territórios.

Também em 1936, a Alemanha assinou pactos com a Espanha – a fim de apoiar a ditadura de Francisco Franco – e com o Japão – com objetivo de frear a expansão soviética sobre a Ásia. Já em 1939, Alemanha e União Soviética assinaram o Pacto Germânico-Soviético de não-agressão.

Durante 1938, a Alemanha nazista anexou a Áustria e parte da antiga Tchecoslováquia. Esse desejo por aumentar seu território era pautado na **Teoria do Espaço Vital**, ideia que surgiu do sentimento alemão de revolta por ter perdido terras após a Primeira Guerra Mundial. A teoria ainda pregava que a raça ariana deveria ter um único território e expandi-lo ao máximo, formando “um guia, um império, um povo”, conforme dizia Hitler.

Foi essa teoria que levou Hitler a invadir a Polônia, em 1939, buscando recuperar o domínio sobre a cidade de Danzig. Existiram várias tentativas anteriores de reanexar o território, mas apenas em 1º de setembro de 1939 o objetivo foi atingido. Inaugurando a estratégia que ficaria conhecida como **blitzkrieg** (guerra-relâmpago), a Alemanha nazista lançou um feroz ataque aéreo e terrestre sobre a cidade polonesa.

Diante da insistência e sucesso de Hitler em reconquistar Danzig, Reino Unido e França declararam guerra ao país germânico no dia 3 de setembro de 1939, dando início a Segunda Guerra Mundial.

Logo após o início, formou-se dois grupos:

- o **Eixo** – um pacto de **apoio mútuo** entre Alemanha, Japão e Itália.
- os **Aliados**, como ficou conhecida a oposição ao Eixo, formada por diversos países. O grupo tinha como lideranças o Reino Unido e a França em um primeiro momento.

O Holocausto.

Enquanto enfrentava diversos países na Segunda Guerra Mundial, o Partido Nazista também perseguia minorias a fim de “purificar” a Alemanha. Os judeus, principais vítimas dessa caçada, antes confinados aos “guetos” alemães, passaram a ser deportados e executados em massa a partir de 1942. Tratava-se da solução final, que instalou campos de trabalho, concentração e extermínio na Alemanha e na Polônia.

Estima-se que, ao final da Segunda Guerra Mundial, cerca de **6 milhões de judeus** foram mortos em um dos maiores crimes da história, que ficou conhecido como **holocausto**.

A entrada dos Estados Unidos na Guerra.

Com desejo de explorar recursos do Sudeste Asiático, os quais alimentariam a indústria voltada para a Segunda Guerra Mundial, o Japão lançou uma série de ataques. Além de mirar o próprio Sudeste Asiático, os japoneses buscaram neutralizar a frota naval estadunidense localizada na região central do Oceano Pacífico. Assim, em dezembro de 1941 a base militar estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí, foi bombardeada.

Esse ataque configurou outra “virada” na Segunda Guerra Mundial, pois levou os Estados Unidos, o Reino Unido, a China e a Austrália a declararem formalmente guerra contra o Japão. Assim, por conta do pacto de apoio mútuo assinado em 1940, a Itália e a Alemanha declararam guerra a esses Estados, apoiando o Japão.

O grande erro estratégico de Hitler.

Em junho de 1941, Hitler quebrou o Pacto Germânico-Soviético e invadiu a União Soviética. As tropas nazistas chegaram perto de conquistar a cidade de Stalingrado, mas em novembro foram derrotadas pelo Exército Vermelho, como eram conhecidas as tropas soviéticas, que usaram o rigoroso inverno russo como arma.

Ao quebrar o tratado com a URSS, os alemães fizeram a Segunda Guerra Mundial aumentar suas proporções. Em 1941, os soviéticos juntaram-se aos Aliados, levando a Alemanha a ter que lutar em duas frentes: a oeste, com os ingleses, e a leste, com o Exército Vermelho. As constantes batalhas perdidas pelo Eixo, somadas às baixas alemãs no rigoroso inverno russo, geraram um clima de medo e instabilidade e fizeram com que a Itália se retirasse do conflito em 1943. A partir daí o Eixo declinou ainda mais.

Já enfraquecido, o Eixo sofreu uma derrota fundamental no dia 6 de junho de 1944 – o conhecido **Dia D**. Nessa data, mais de 150 mil soldados aliados desembarcaram na Normandia, localizada no Noroeste da França. A megaoperação também envolveu 1,2 mil navios de guerra e mil aviões, além de ter sido responsável por libertar Paris em 25 de agosto de 1944. Agora, os nazistas estavam acuada e perdendo o território que haviam conquistado.

Posteriormente, em 2 de maio de 1945, os soviéticos ocuparam Berlim após libertarem a Polônia. Hitler já havia cometido suicídio dias antes, em 30 de abril, e por isso a rendição alemã veio rapidamente. **Em 5 de maio de 1945 a guerra acabava na Europa.**

Os vencedores da Guerra, assinaram o **Tratado de Potsdam**, que estabelecia a Alemanha como principal culpada pelo conflito e precisou pagar uma alta indenização aos Aliados.

Além da punição financeira, a Alemanha também foi dividida em quatro zonas de ocupação militar: estadunidense, soviética, britânica e francesa. O objetivo dessa divisão era facilitar a tarefa de administrar o país para que ele fosse reconstruído, juntamente com a economia europeia. Também era de interesse dos Aliados evitar que um novo sentimento revanchista surgisse na Alemanha, de forma a repetir a história que culminou na Segunda Guerra Mundial.

Além da punição financeira, a Alemanha também teve seu território dividido. Inicialmente em quatro zonas de ocupação militar, depois em duas. Essa separação, **ideolo-**

gicamente criada pelos Estados ocidentais, foi transformada em uma **realidade** inegável em 13 de agosto de 1961. Nessa data, a URSS construiu o famoso **Muro de Berlim**, que dividiu fisicamente não apenas a cidade, mas o país. Assim, surgiram a Alemanha Ocidental (capitalista) e a Alemanha Oriental (comunista).

A Segunda Guerra Mundial resultou no maior número de mortes, civis e militares, em toda a história. A Alemanha ficou novamente enfraquecida e, como dito, teve seu território dividido. A divisão que inicialmente era ideológica tornou-se realidade com a construção do **Muro de Berlim em 1961**, permanecendo assim por 28 anos, até a sua queda, em 1989.

Opa, espera aí! E o Japão?

Mesmo após a rendição alemã e da assinatura do Tratado de Potsdam, os japoneses não desistiram. A imensa área que tinha sido ocupada pelo país no Oceano Pacífico durante o início da Segunda Guerra Mundial já vinha diminuindo desde a entrada dos Estados Unidos no conflito, mesmo assim os japoneses persistiam.

Como o inimigo não se rendia, os Estados Unidos promoveram uma horrível demonstração de força: os **ataques atômicos** em Hiroshima, no dia 6 de agosto de 1945, e pouco depois, em 9 de agosto, o alvo foi a cidade de Nagasaki.

Os ataques são considerados “horrríveis” pelos efeitos destruidores das armas nucleares – os quais não se resumem aos dias dos ataques, mas alastram-se por décadas por conta da radiação, responsável por matar outras 80 mil pessoas nos anos após o ataque em Hiroshima –, mas não apenas por isso. A questão que inquieta estudiosos até hoje é outra: o ataque atômico **foi mesmo necessário** para encerrar de uma vez por todas a Segunda Guerra Mundial?

Existem divergências quanto à resposta para essa questão. Enquanto alguns acreditam que o lançamento das armas nucleares foi necessário para agilizar o fim do conflito, evitando uma invasão ao Japão e, assim, poupando muitas vidas, outros tantos discordam. Esse grupo de pesquisadores entende o uso das bombas atômicas como uma forma de demonstrar força para a União Soviética, antecipando o conflito ideológico que viria a se acirrar até instalar-se a Guerra Fria.

Após os ataques atômicos, a URSS expulsou tropas japonesas que ainda ocupavam a Manchúria – região localizada no Nordeste da China – e, em 2 de setembro de 1945, o Japão se rendeu. Acabava assim, definitivamente, a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: <https://abre.ai/mbd7>. Acesso em: 24 fev. 2025. Adaptado.
 Texto de Luiza Calixto e Pâmela Morais.



ATIVIDADES

1. Continuando as reflexões sobre o texto, de que forma os ataques nucleares em Hiroshima e Nagasaki moldaram o poder dos Estados Unidos e influenciaram o cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial?

(A) Reforçaram a posição dos Estados Unidos como uma superpotência emergente, desencadeando debates sobre os limites do poder militar e a responsabilidade internacional.

- (B) Os ataques nucleares reforçaram a liderança dos Estados Unidos no mundo pós-guerra, enquanto também contribuíram para a bipolarização do poder global.
- (C) Reduziram a influência dos Estados Unidos sobre a comunidade internacional, levantando preocupações sobre o uso de armas nucleares e os riscos associados à escalada da guerra.
- (D) Enfraqueceram a liderança dos Estados Unidos no mundo pós-guerra, gerando críticas de outras nações e minando sua autoridade moral e diplomática.
- (E) Desafiaram o status dos Estados Unidos como uma superpotência militar, promovendo um questionamento generalizado sobre a legitimidade de seu uso de força letal em larga escala.

2. (Enem 2012)



(Disponível em: <http://quadro-a-quadro.blog.br>. Acesso em: 27 jan. 2012)

Com sua entrada no universo dos gibis, o Capitão chegaria para apaziguar a agonia, o autoritarismo militar e combater a tirania. Claro que, em tempos de guerra, um gibi de um herói com uma bandeira americana no peito aplicando um sopapo no Furer só poderia ganhar destaque, e o sucesso não demoraria muito a chegar.

COSTA, C. *Capitão América, o primeiro vingador: crítica*. Disponível em: www.revistastart.com.br. Acesso em: 27 jan. 2012 (adaptado).

A capa da primeira edição norte-americana da revista do Capitão América demonstra sua associação com a participação dos Estados Unidos na luta contra

- (A) a Tríplice Aliança, na Primeira Guerra Mundial.
- (B) os regimes totalitários, na Segunda Guerra Mundial.
- (C) o poder soviético, durante a Guerra Fria.
- (D) o movimento comunista, na Segunda Guerra do Vietnã.
- (E) o terrorismo internacional, após 11 de setembro de 2001.

3. Quais foram os principais fatores políticos e econômicos, que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial?

4. Como a ascensão de regimes totalitários, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, influenciou o início da Segunda Guerra Mundial?

5. Como a “Teoria do Espaço Vital”, proposta por Hitler, influenciou a política expansionista da Alemanha nazista?

6. De que forma a entrada dos Estados Unidos na Guerra em 1941, influenciou o equilíbrio de forças entre o eixo e os aliados?

7. (Enem 2020)

Mapa da Alemanha em 1945



RODRIGUES, R. C. A.; SANTANA, F. T. M.; ERTHAL, L. *Aprendendo com filmes*. Rio de Janeiro: Fapej: Lamparina, 2012 (adaptado).

A divisão representada do território alemão refletia um contexto geoestratégico de busca por

- (A) espólio de guerra.
- (B) áreas de influência.
- (C) rotas de navegação.
- (D) controle do petróleo.
- (E) monopólio do comércio.

8. A Segunda Guerra Mundial, foi um dos eventos mais marcantes da humanidade. O conflito resultou no maior número de mortes, civis e militares, em toda a história.

Qual dos eventos a seguir foi o mais decisivo para o fim da Segunda Guerra Mundial e delimitou as relações políticas da contemporaneidade?

- (A) A assinatura do Tratado de Versalhes, que impôs sanções à Alemanha.
- (B) O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos.
- (C) A Revolução Russa, que levou à criação da União Soviética.
- (D) O ataque japonês a Pearl Harbor, que levou os EUA a entrarem na guerra.
- (E) A Conferência de Berlim, que dividiu a Europa em zonas de influência.

9. Como podemos caracterizar o que foi o Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial e quais foram suas consequências?

- (A) A deportação de minorias étnicas para colônias alemãs na África, com o objetivo de expandir o império nazista.
- (B) A imposição de um novo sistema político baseado na igualdade racial e na integração de diferentes povos na Alemanha.

- (C) A criação de campos de trabalho temporários para prisioneiros de guerra e minorias, sem intenção de extermínio.
- (D) A perseguição e o extermínio sistemático de judeus, ciganos, eslavos e outros grupos considerados "indezíveis" pelo regime nazista.
- (E) Um movimento de resistência promovido por grupos judeus contra o regime nazista na Alemanha.

10. (Enem 2008) Em discurso proferido em 17 de março de 1939, o primeiro-ministro inglês à época, Neville Chamberlain, sustentou sua posição política:

“Não necessito defender minhas visitas à Alemanha no outono passado, que alternativa existia? Nada do que pudéssemos ter feito, nada do que a França pudesse ter feito, ou mesmo a Rússia, teria salvado a Tchecoslováquia da destruição. Mas eu também tinha outro propósito ao ir até Munique. Era o de prosseguir com a política por vezes chamada de ‘apaziguamento europeu’, e Hitler repetiu o que já havia dito, ou seja, que os Sudetos, região de população alemã na Tchecoslováquia, eram a sua última ambição territorial na Europa, e que não queria incluir na Alemanha outros povos que não os alemães.”

Sabendo que o compromisso assumido por Hitler em 1938, mencionado no texto acima, foi rompido pelo líder alemão em 1939, infere-se que:

- (A) Hitler ambicionava o controle de mais territórios na Europa além da região dos Sudetos.
- (B) a aliança entre a Inglaterra, França e a Rússia poderia ter salvado a Tchecoslováquia.
- (C) o rompimento desse compromisso inspirou a política de ‘apaziguamento europeu’.
- (D) a política de Chamberlain de apaziguar o líder alemão era contrária à posição assumida pelas potências aliadas.
- (E) a forma que Chamberlain escolheu para lidar com o problema dos Sudetos deu origem a destruição de Tchecoslováquia.

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. PEARL HARBOR

SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Pouco antes do bombardeio japonês em Pearl Harbor, dois amigos que são como irmãos um para o outro se envolvem de maneira distinta nos eventos que fazem com que os Estados Unidos entrem na Segunda Guerra Mundial.



2. A QUEDA! AS ÚLTIMAS HORAS DE HITLER

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 16 anos.

Traudl Junge trabalhava como secretária de Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Ela narra os últimos dias do líder alemão, que estava confinado em um bunker.



3. SERGIO

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Baseado no livro "O homem que queria salvar o mundo", de Samantha Power, e produzido pela Netflix, Sergio relata a biografia de Sergio Vieira de Mello (Wagner Moura), diplomata brasileiro das Nações Unidas que morreu em Bagdá, em 2003, durante um bombardeio à sede da ONU local.



Leia o texto

Texto II

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, e seus impactos devastadores, a comunidade internacional entendeu a necessidade urgente de criar mecanismos capazes de evitar novos conflitos de grande escala e promover a cooperação entre os países. Nesse contexto, surgem organismos internacionais fundamentais para a reorganização geopolítica mundial, que desempenham papéis fundamentais até os dias atuais.

A Criação da ONU

Depois de duas grandes guerras causadas por atritos internacionais terem destruído diversos países e ter feito milhões de vítimas, havia um sentimento comum da busca pela paz. Depois da II Guerra Mundial essa sensação ganhou urgência. Foi criada, então, em 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), em São Francisco, Estados Unidos.

Em primeiro momento, os países fundadores queriam criar uma organização que conseguisse impedir mais um conflito armado em proporção mundial. Mas a ONU foi se tornando um organismo muito mais complexo e importante, cujas pautas vão desde criação de leis internacionais até a defesa dos direitos humanos.

A ONU não foi propriamente uma iniciativa original: em 1919, havia sido criada a **Liga das Nações**, que pode ser considerada a antecessora da ONU.

A ONU é formada pelo que se chama de países-membros e nenhum deles é obrigado a integrá-la; a ideia é que

o país que concordar com os princípios da organização, como o trabalho pela paz e o desenvolvimento mundial, possa voluntariamente adentrá-la e somar na construção dessas metas.

É na **Carta das Nações Unidas**, que estão declarados seus ideais, propósitos e as expectativas sobre seus membros, tanto dos povos, quanto aos governos dos países.

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas explica um pouco sobre a missão e a visão da ONU e do seu trabalho no mundo:

“NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS
a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E PARA TAIS FINS,

praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

**RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS
ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO
DESSES OBJETIVOS.**

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.”

Devido ao seu tamanho, a **Carta da ONU** definiu a existência de seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos são vitais para o seu funcionamento e administração, mas existem dois em especial que precisamos conhecer mais a fundo: a **Assembleia-Geral** e o **Conselho de Segurança**.

Segundo a própria organização, existem algumas atribuições da **Assembleia-Geral da ONU** que se destacam, como:

- Discutir questões ligadas a conflitos militares – com exceção daqueles na pauta do Conselho de Segurança;
- Discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres;
- Discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos;

As resoluções votadas e aprovadas na Assembleia Geral, porém, têm o caráter de recomendação e não são obrigatórias.

- No Conselho de Segurança da ONU, dentre suas funções, destacam-se:
- Manter a paz e a segurança internacional;
- Determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta;
- Investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Recomendar métodos de diálogo entre os países;
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão;

O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes e dez rotativos. Os membros permanentes são: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido, e possuem um poder especial conhecido como **poder de veto**. Esse mecanismo permite que qualquer um desses países impeça a aprovação de uma resolução, mesmo que ela tenha apoio da maioria dos demais membros.

Na atualidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem enfrentado grandes desafios para atuar de forma eficaz diante dos conflitos internacionais. Um dos principais fatores que dificultam decisões efetivas é o poder de veto dos membros permanentes. Em conflitos atuais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia e a guerra entre Israel e Faixa de Gaza, os interesses geopolíticos dessas potências têm provocado impasses no conselho. No caso da Ucrânia, por exemplo, a Rússia utilizou seu poder de veto para impedir resoluções que a condenassem diretamente pela invasão do território ucraniano.

Situação semelhante ocorre no conflito entre Israel e o grupo Hamas. Diversas propostas de resolução pedindo cessar-fogo ou medidas mais firmes foram bloqueadas por vetos ou divergências entre os membros permanentes, especialmente pelos Estados Unidos, aliados de Israel.

Diante desse cenário, o Conselho de Segurança continua sendo um espaço central de debate diplomático e pressão internacional, mas sua capacidade de agir de forma rápida e decisiva tem sido questionada. Muitos analistas defendem reformas no órgão, especialmente no sistema de veto e na representatividade dos países, para que ele possa responder de forma mais eficaz às crises e conflitos do mundo contemporâneo.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/ONU-organizacao-das-nacoes-unidas/> Acesso em: 24 mar. 2026.

Texto de Carla Mereles. Adaptado.



ATIVIDADES

11. A partir do exposto no texto, descreva o contexto histórico que levou à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945.

12. Diante dos conflitos internacionais enfrentando na atualidade, quais os desafios enfrentados pelo Conselho de Segurança da ONU?

13. Discorra sobre o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na promoção da paz e segurança internacional desde a sua fundação até os dias atuais. Considere os sucessos, desafios e mudanças significativas ao longo do tempo.

14. (Enem 2017) Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a maioria dos próprios cientistas europeus passou a reconhecer o caráter discriminatório da pretensa superioridade racial do homem branco e a condenar as aberrações cometidas em seu nome.

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Afro-Ásia, nº 23, 1999 (adaptado).

A posição assumida pela Unesco, a partir de 1948 foi motivada por acontecimentos então recentes, dentre os quais se destacava o(a)

- (A) ataque feito pelos japoneses à base militar americana de Pearl Harbor.
- (B) desencadeamento da Guerra Fria e de novas rivalidades entre nações.
- (C) morte de milhões de soldados nos combates da Segunda Guerra Mundial.
- (D) execução de judeus e eslavos presos em guetos e campos de concentração nazistas.
- (E) lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelas forças norte-americanas.

15. (Enem 2024) O Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) é, junto com a Assembleia-Geral, um dos principais órgãos de tomada de decisão dentro da entidade. O Conselho lida com questões de segurança e paz internacionais, além de recomendar a admissão de novos membros à Assembleia-Geral e aprovar mudanças na Carta das Nações Unidas. Cinco dos quinze membros são permanentes e podem vetar resoluções, o que ocorreu 261 vezes até 2020.

GOMES, L.; PRETTO, N. O funcionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: www.nexojournal.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

A composição e o funcionamento do organismo internacional apresentados revelam a seguinte característica das relações internacionais entre os países-membros:

- (A) Igualdade militar.
- (B) Assimetria Política.
- (C) Consenso multipolar.
- (D) Equilíbrio estratégico.
- (E) Soberania compartilhada.

Leia o texto

Texto III

O que é a OTAN e por que ela foi criada

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), foi criada em 1949 com o objetivo, em primeiro lugar, de atuar como um obstáculo à ameaça de expansão soviética na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Suas origens, no entanto, remontam a 1947, quando o Reino

Unido e a França assinaram o Tratado de Dunquerque, formando uma aliança para combater a eventualidade de um ataque da Alemanha após a guerra.

Os 12 membros fundadores originais da aliança política e militar são: Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Portugal.

Em essência, a organização atua como uma aliança de segurança coletiva com o objetivo de proporcionar defesa mútua por meios militares e políticos, se um de seus membros for ameaçado por um Estado externo. Esse marco está estabelecido no Artigo 5º da carta, a cláusula de defesa coletiva:

"As partes concordam que um ataque armado contra uma ou mais delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todas elas e, conseqüentemente, concordam que, se ocorrer tal ataque armado, cada uma delas, no exercício do direito de legítima defesa individual ou coletiva reconhecida pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, ajudará a parte ou as partes atacadas, tomando imediatamente, individualmente e em conjunto com as outras partes, as medidas que julgar necessárias, inclusive o uso de força armada, para restaurar e manter a segurança da região do Atlântico Norte."

O Artigo 5º foi evocado uma vez, pelos Estados Unidos, após os ataques de 11 de setembro de 2001.



A Expansão da Otan e a Reconfiguração Geopolítica Europeia

Em resposta à hegemonia ocidental e à consolidação da **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**, a União Soviética institucionalizou, em 1955, o **Pacto de Varsóvia**. Essa aliança militar, composta por oito Estados do bloco socialista, simbolizou a cristalização da **bipolaridade** durante a Guerra Fria. Contudo, a fragmentação desse cenário, marcada pela queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS em 1991, viabilizou a transição para uma nova ordem de segurança no continente europeu.

Nesse contexto de redemocratização e autonomia política, diversas nações do antigo bloco soviético buscaram integração às instituições ocidentais. Esse movimento de expansão ocorreu em etapas sucessivas:

- **1999:** Adesão dos países do Grupo de Visegrado (Hungria, Polônia e República Tcheca).
- **2004:** Incorporação do Grupo de Vilnius, abrangendo Estados do Leste Europeu e as Repúblicas Bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia).
- **2009-2020:** Ingresso de nações balcânicas como Albânia, Croácia, Montenegro e Macedônia do Norte, consolidando 30 países-membros.

Atualmente, o cenário de instabilidade geopolítica, intensificado pela **invasão da Ucrânia pela Rússia**, provocou uma ruptura histórica nas políticas de neutralidade da Escandinávia. Em maio de 2022, Finlândia e Suécia formalizaram o interesse em aderir à aliança, refletindo uma busca por garantias de defesa coletiva diante das novas ameaças à integridade territorial na Europa. Enquanto isso, nações como Geórgia e Ucrânia permanecem como "membros aspirantes", mantendo a expansão da Otan como um ponto de tensão central na diplomacia contemporânea.

Na atualidade, a Otan, deixou de ser um resquício da "Guerra Fria" para se tornar o eixo central da segurança europeia contemporânea.

Um dos marcos mais significativos da atualidade foi a adesão da **Finlândia (2023)** e da **Suécia (2024)**. Ao integrarem-se como os 31º e 32º membros, esses países puseram fim a décadas de não alinhamento militar. Geopoliticamente, a entrada da Finlândia dobrou a fronteira direta da OTAN com a Rússia, enquanto a adesão sueca transformou o Mar Báltico em um ambiente quase inteiramente controlado pela aliança, dificultando a logística naval russa.

Apesar da coesão interna, a OTAN enfrenta desafios complexos:

- **Dependência Tecnológica:** Existe uma crescente pressão para que os países europeus reduzam a dependência de tecnologia militar dos EUA, fomentando uma indústria de defesa continental.
- **Zonas de Tensão:** A situação de "membros aspirantes" (Ucrânia, Geórgia e Bósnia e Herzegovina) continua sendo o ponto mais sensível da diplomacia global, pois a Rússia interpreta qualquer movimento de adesão dessas ex-repúblicas soviéticas como uma ameaça existencial.
- **Novos Domínios:** A aliança agora foca em ameaças híbridas, como ataques cibernéticos e a segurança de infraestruturas críticas (gasodutos e cabos submarinos), que se tornaram alvos frequentes em conflitos modernos.

Na atual década, a OTAN apresenta sua maior reconfiguração estratégica desde a queda do Muro de Berlim. Não é mais apenas uma aliança militar, mas um símbolo da **multipolaridade tensa** que define o mundo atual. Se por um lado ela garante a segurança dos seus membros através do Artigo 5º (defesa mútua), por outro, sua expansão é o argumento central utilizado pelo Kremlin para justificar o aumento das tensões na Eurásia, mantendo o mundo em um estado de vigilância constante.

Nos últimos anos, a reação da China à OTAN, é um dos tópicos mais quentes da geopolítica atual, pois marca a transição da aliança de um foco estritamente europeu para uma visão global. Essa relação não é de um conflito direto (como com a Rússia), mas de competição sistêmica.

Historicamente, a China via a OTAN como um problema distante, restrito ao Atlântico Norte. No entanto, essa percepção mudou drasticamente devido a três fatores:

1. O Conceito Estratégico de Madrid (e atualizações)

A partir de 2022, a OTAN incluiu formalmente a China em seus documentos de diretrizes, classificando-a como um

"desafio sistêmico". A aliança argumenta que as ambições chinesas e suas políticas coercitivas (especialmente no Mar do Sul da China e em relação a Taiwan) afetam os interesses, a segurança e os valores dos membros ocidentais.

2. A Parceria "Sem Limites" entre Pequim e Moscou

Para a OTAN, o apoio econômico e diplomático da China à Rússia após a invasão da Ucrânia criou uma percepção de um **"Eixo Autocrático"**. A China, por sua vez, acusa a OTAN de manter uma "mentalidade de Guerra Fria" e afirma que a expansão da aliança para o leste é a verdadeira causa da instabilidade global.

3. A Aproximação com países da Ásia e Pacífico

A OTAN tem convidado regularmente os líderes do **AP4 (Austrália, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia)** para suas cúpulas. **Na visão da China**, isso como uma tentativa de criar uma **"OTAN asiática"** para cercar e conter o crescimento chinês. Reagindo com o fortalecimento da **Organização de Cooperação de Xangai (OCX)** e maior presença militar em ilhas estratégicas no Pacífico.

Diferente da Rússia, a China é uma potência econômica integrada ao Ocidente. Por isso, a tensão se manifesta em outros campos. Na guerra tecnológica, já que a OTAN agora discute a segurança de redes 5G e semicondutores, tentando reduzir a dependência de infraestrutura críticas chinesas e na segurança cibernética, pois tornou-se rotina acusações mútuas de espionagem e ciberataques contra infraestruturas estatais.

Enquanto a Rússia representa uma ameaça militar imediata nas fronteiras da OTAN, a China é vista como um desafio estrutural de longo prazo que questiona a liderança global dos EUA e de seus aliados.

Texto de Rob Mudge. Adaptado.

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-%C3%A9-a-otan-e-por-que-ela-foi-criada/a-60701303>. Acesso em: 26 mar. 2026.



ATIVIDADES

16. Explique o contexto histórico e os principais objetivos da criação da OTAN.

17. De que maneira a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, em 1991, contribuíram para a reorganização do sistema de segurança na Europa.

18. Muitos países que pertenciam ao antigo Pacto de Varsóvia buscaram integrar-se à OTAN após 1991. Explique a motivação desses Estados sob a perspectiva da busca por soberania e defesa coletiva em face de heranças históricas de dominação regional.

19. A partir do exposto no texto sobre os desafios atuais enfrentados pela OTAN, explique como eles refletem as transformações recentes na geopolítica internacional.

20. Aponte as principais críticas feitas pela China e pela Rússia à expansão da influência da OTAN para o Indo-Pacífico. Como esse movimento pode impactar a eficácia de órgãos globais de mediação, como a ONU?

21. (UEG GO/2019) Leia o texto a seguir.

Em 1949, os Estados Unidos lideraram uma organização que reuniria os países europeus do sistema capitalista em um pacto de auxílio militar mútuo. No dia 4 de abril daquele ano foi criada em Washington a Organização do Atlântico Norte (OTAN). Ficava estabelecido que os países envolvidos se comprometiam na colaboração militar mútua em caso de ataques oriundos dos países referentes ao bloco socialista.

Disponível em: <www.infoescola.com/geografia/otan>. Acesso em: 15 mar. 2019.

No contexto geopolítico após o fim da Guerra Fria, a OTAN

- (A) manteve o seu caráter de aliança militar, mas sem a presença dos Estados Unidos, após a criação da União Europeia.
- (B) tornou-se uma agência de inteligência, uma vez que perdeu a razão de ser com o fim da União Soviética em 1991.
- (C) transformou-se numa instituição de regulação de armamentos e atividade nuclear, após o acidente de Chernobyl.
- (D) foi extinta, após a queda do Muro de Berlim, uma vez que o socialismo não mais representava uma ameaça à Europa.
- (E) teve ativa participação nos conflitos mundiais contemporâneos, como a invasão do Afeganistão após o 11 de Setembro.

22. (Mackenzie SP/2020) Leia o fragmento da reportagem.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, designou oficialmente o Brasil como aliado militar preferencial do país fora da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

[...] O status dá ao Brasil o direito de tornar-se comprador preferencial de equipamentos e tecnologias militares dos Estados Unidos, além de participar de leilões organizados pelo Pentágono. A medida também abre caminho para a colaboração no desenvolvimento de soluções de defesa e o aumento dos intercâmbios militares e a realização de manobras conjuntas entre as Forças Armadas dos dois países.

Estados Unidos designam Brasil como aliado extra-OTAN. Agência Brasil, 01 ago. 2019.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan>>. Acesso em 29 set. 2019.

Com base nas informações acima e em seus conhecimentos sobre o assunto abordado, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o secretário geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a condição de aliado especial ou prioritário é o primeiro passo para que o Brasil passe a se tornar membro oficial da organização, o que deve ocorrer ainda em 2019.
- (B) O Brasil é o primeiro país na América Latina, e o quarto, no mundo, a receber o status especial de aliado extra-OTAN.
- (C) Criada em 1991, com a dissolução da União Soviética, a OTAN tem como principal objetivo a proteção de países do Leste Europeu, constantemente ameaçados pela política expansionista russa.

(D) França, Espanha e Canadá são exemplos de países que integram a OTAN, constituída em 1949, no contexto histórico da Guerra Fria, com o objetivo de estabelecer um pacto militar entre os países membros, contra o avanço da influência socialista.

(E) Os recentes conflitos do governo brasileiro com o governo norte-americano, em decorrência das queimadas na Amazônia, fizeram com que o congresso dos EUA cancelasse o status especial concedido ao Brasil por Trump.

Leia o texto

Texto IV

Guerra Fria: a guerra ideológica entre duas potências.

A Guerra Fria foi uma disputa ideológica, política e tecnológica, fruto direto da Segunda Guerra Mundial entre as duas superpotências da época: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Este período de intensa hostilidade, começou em 1947 e foi até 1989. Não contou com um conflito armado direto entre as duas potências, por isso o seu nome, mas isso não significa que não houve combates indiretos.



Tanto os Estados Unidos, quanto a URSS, saíram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, tendo lutado juntos no lado dos Aliados. Entretanto, após o fim da II Guerra e de seus inimigos em comum – o fascismo e o nazismo – terem sido derrotados, iniciou-se uma disputa pelo poder entre as duas superpotências mundiais.

A ordem mundial se tornara bipolar, ou seja, com dois grandes polos de poder: um de ideologia socialista (URSS) e o outro, capitalista (EUA). O restante dos países do globo viu-se “obrigado” a escolher um dos lados para se aliar e obter proteção. Assim, ambos buscavam aumentar sua área de influência, tanto por meios materiais – através da economia e do poder bélico – quanto por suas distintas ideologias.

Procurando se afirmar como maior potência global, ambos iniciaram uma corrida armamentista: eles tentavam sempre superar o poder bélico de seu oponente e avançar em criações tecnológicas voltadas à guerra. A corrida armamentista tornou-se também nuclear: os Estados Unidos possuíam a tecnologia desde 1945, e a URSS realizou seus primeiros testes em 1949.

Outro meio em que a disputa ocorreu de modo muito claro foi no espaço: a conhecida corrida espacial. Os soviéticos contaram com algumas vitórias iniciais: lançaram o primeiro satélite artificial (1957), o primeiro foguete tripulado com um ser vivo (1960) e mesmo o primeiro voo espacial tripulado por um humano (1961). Entretanto, a chegada do homem à lua, realizada pelos Estados Unidos em 1969, foi o ápice dessa corrida.

Um dos maiores símbolos da Guerra Fria, foi Muros de Berlim, este dividia a Alemanha na parte Oriental, dominada pela URSS e o lado Ocidental, dominada pelo EUA.



Cidadãos alemães ocidentais no Muro de Berlim, na Potsdamer Platz, em novembro de 1989. Foto: Jim Garamone.

Afinal, quais eram os objetivos dos EUA e da URSS com a Guerra Fria?

A União Soviética tinha, em geral, objetivos mais concretos, como o território, enquanto os Estados Unidos tinham objetivos mais intangíveis, buscando estabelecer os rumos gerais da política internacional.

A URSS foi expansionista durante a Guerra Fria, aumentando seu poder de influência e os territórios sob seu domínio, utilizando-se, para legitimar sua expansão, de um discurso ideológico: a libertação das classes trabalhadoras em todo o mundo. Um outro motivo para o expansionismo soviético foi aumentar sua própria segurança frente aos Estados Unidos. Quanto maior fosse o território e a esfera de influência da União Soviética, mais difícil seria que um ataque dos EUA fosse bem-sucedido.

Os Estados Unidos enfrentaram constantemente dois dilemas durante a Guerra Fria, em relação aos seus objetivos. O primeiro dilema foi decidir se combatiam o expansionismo soviético ou a expansão do comunismo. Em alguns casos, foi necessário tomar uma decisão entre um e outro.

Um exemplo pode ser encontrado no rompimento da Iugoslávia, comunista, com a URSS. Nesse caso, os EUA decidiram auxiliar um governo comunista e autoritário, para evitar a expansão soviética. Outro dilema que o país enfrentou foi se deveria buscar prevenir toda e qualquer expansão do poder soviético ou apenas intervir nas áreas que fossem cruciais para o equilíbrio de poder. A intervenção na Guerra do Vietnã, por exemplo, seria posteriormente considerada por muitos um erro de cálculo.

O ponto mais crítico da Guerra Fria ocorreu entre 1950 e 1962, quando o risco de um confronto direto entre as duas superpotências atingiu seu ápice. Entre os eventos mais marcantes desse período, destacam-se:

- A Guerra da Coreia – em 1950, as tropas da Coreia do Norte – comunista – atravessaram as fronteiras e invadiram a Coreia do Sul – capitalista –, com o apoio da URSS. Em seguida, os EUA mobilizaram o Conselho de Segurança da ONU, que enviou tropas para conter o avanço norte-coreano e avançar sobre o território da Coreia do Norte. Neste ponto, a China, liderada pelo Partido Comunista, também intervém com tropas. A batalha continuou até 1953, quando uma trégua foi assinada.
- A Guerra do Vietnã – em 1959, o Vietnã do Norte – comunista e apoiado pela URSS – avançou sobre os territórios do Vietnã do Sul – capitalista e apoiado pelos Estados Unidos – dando início à Guerra do Vietnã, que

se estenderia até o ano de 1975. O país foi reunificado em 1976, após a vitória da parte comunista.

- A crise dos mísseis – este é considerado o momento em que a Guerra Fria ficou mais próxima de um conflito nuclear. Em 1961, havia ocorrido a tentativa de derrubar o governo de Fidel Castro, de regime socialista. O episódio ficou conhecido como “invasão da Baía dos Porcos”, e foi realizado por um grupo paramilitar de exilados cubanos anticatristas, apoiados pelos Estados Unidos.
- Este acontecimento, somando ao fato dos Estados Unidos terem mísseis nucleares na Itália e Turquia – países próximos a URSS, fez com que os soviéticos buscassem implantar mísseis em Cuba, país mais próximo dos EUA. Os Estados Unidos imediatamente pediram a retirada dos mísseis, sob pena de realizarem um ataque nuclear à URSS se a requisição não fosse atendida. Seguiram 13 dias de forte tensão entre os dois blocos, em que o conflito nuclear parecia iminente. Após esse período, as duas superpotências chegaram a um acordo: a URSS removeu seus mísseis de Cuba e, posteriormente, os EUA retiraram seus mísseis da Itália e Turquia.

É interessante observar que após a crise dos mísseis, em que a tensão chegou ao auge na Guerra Fria, os blocos começaram a modificar sua postura, tentando evitar um possível conflito nuclear. O que posteriormente, levaria a consequência, que redefiniram toda a geopolítica mundial.

A Guerra Fria chegou ao fim e, foi resultado de uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais que enfraqueceram a União Soviética e reduziram as tensões entre as superpotências. A crise econômica soviética, agravada pelos altos custos da corrida armamentista e pela estagnação da produção, minou a capacidade do país de competir com os Estados Unidos. As reformas promovidas por Mikhail Gorbachev, como a Perestroika (reestruturação econômica) e a Glasnost (maior transparência política), enfraqueceram o controle estatal e incentivaram movimentos democráticos nos países do bloco socialista. Além disso, a queda do Muro de Berlim, em 1989, simbolizou o colapso do regime comunista na Europa Oriental, e, em 1991, a dissolução da **União Soviética** marcou oficialmente o fim da Guerra Fria, consolidando a hegemonia dos Estados Unidos como a principal potência mundial.

Texto de autoria de Louise Enriconi. Adaptado.

Disponível em: <https://abre.ai/mb00>. Acesso em: 26 mar. 2026.



ATIVIDADES

23. A Guerra Fria foi caracterizada pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, resultando em disputas ideológicas, militares e tecnológicas.

Entre os eventos marcantes desse período, qual das alternativas representa corretamente um episódio crucial no desenho das relações de guerras do mundo?

(A) A conferência de Berlim, que dividiu pacificamente a Europa entre as duas potências.

- (B) A crise dos Mísseis em Cuba, que levou o mundo à beira de um conflito nuclear.
- (C) O Tratado de Versalhes, que marcou o fim da Guerra Fria.
- (D) A Revolução Francesa, que fortaleceu o socialismo na União Soviética.
- (E) A criação da OTAN e do Pacto de Varsóvia para promover a cooperação entre os blocos.

24. Como a Crise dos Mísseis de Cuba exemplifica as complexidades e os riscos envolvidos na diplomacia durante a Guerra Fria?

25. (Enem 2009) O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade.

O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

- (A) o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.
- (B) o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.
- (C) o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.
- (D) a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.
- (E) a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

26. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética não se enfrentaram diretamente, mas utilizaram diversos meios para expandir suas influências.

Qual das estratégias a seguir foi amplamente utilizada por ambas as potências nesse período?

- (A) A colonização direta de países da América Latina e da África.
- (B) O financiamento de golpes militares e apoio a governos aliados em diferentes partes do mundo.
- (C) A criação de um exército conjunto entre as duas nações para evitar conflitos regionais.
- (D) A construção de um muro que dividia os Estados Unidos e a União Soviética.
- (E) O desarmamento nuclear total, que eliminou as armas de ambos os países.

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. TREZE DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Em outubro de 1962, durante a Crise dos Mísseis de Cuba, um avião de reconhecimento dos Estados Unidos identificou que a União Soviética instalava bases de mísseis nucleares em Cuba, capazes de atingir rapidamente o território norte-americano. Diante da ameaça, o presidente John F. Kennedy e seus assessores passaram treze dias discutindo estratégias para evitar um confronto direto, enquanto navios soviéticos seguiam rumo à ilha. O episódio gerou forte tensão internacional e colocou o mundo diante do risco real de uma guerra nuclear.

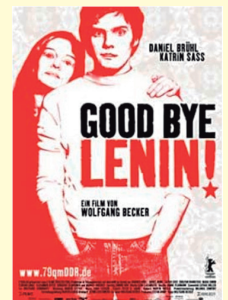


2. ADEUS, LENIN!

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

O filme se passa no contexto da Queda do Muro de Berlim em 1989. Após entrar em coma pouco antes das mudanças políticas, a mãe de Alexander desperta em 1990 e encontra Berlim Oriental profundamente transformada pelo avanço do capitalismo. Para evitar que o choque prejudique sua saúde, seu filho decide esconder as transformações políticas e sociais, recriando artificialmente o antigo ambiente socialista dentro de casa.



3. BOA NOITE E BOA SORTE

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Edward R. Morrow é um âncora de TV que, em plena era do macarthismo, luta para mostrar em seu jornal os dois lados da questão. Para tanto ele revela as táticas e mentiras usadas pelo senador Joseph McCarthy em sua caça aos supostos comunistas. O senador, por sua vez, prefere intimidar Morrow ao invés de usar o direito de resposta por ele oferecido em seu jornal, iniciando um grande confronto que trará consequências à recém-implantada TV nos Estados Unidos.



SOCIOLOGIA



Colaboração

Prof.^a Marta Valeirano.
CEPMG Mansões Paraíso - CRE Aparecida de Goiânia

Leia o texto

Texto I

Organizações internacionais

Organismos ou organizações internacionais, também chamados de instituições multilaterais, são entidades criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana: política, economia, saúde, segurança etc.

O surgimento das Organizações Internacionais ocorreu na segunda metade do século XX, mas foi ao final da Guerra Fria, e com o crescente processo de globalização, que elas se fortaleceram, conquistando cada vez mais espaço e força no cenário mundial. As Organizações Internacionais devem ser compreendidas como entidades detentoras de personalidade jurídica de Direito Internacional que representam diversos países, ou seja, são entidades criadas a partir da vontade dos Estados, com o intuito de defender seus interesses. Constituídas por meio de tratados ou acordos, têm a finalidade de incentivar a permanente cooperação entre seus membros, a fim de atingir seus objetivos comuns. Atuam segundo quatro orientações estratégicas:

- Adotar normas comuns de comportamento político, social etc. entre os países-membros;
- Prever, planejar e concretizar ações em casos de urgência (solução de crises de âmbito nacional ou internacional, originadas de conflitos diversos, catástrofes etc.);
- Realizar pesquisa conjunta em áreas específicas;
- Prestar serviços de cooperação econômica, cultural, médica etc.

Funcionamento das Organizações Internacionais

Para garantir o funcionamento de uma organização internacional, e ela ser considerada como tal, ela deve apresentar no mínimo dois órgãos, sendo eles: a Assembleia Geral e o Secretariado Permanente (SILVA, 2008).

Abaixo, algumas das mais relevantes organizações internacionais:

UNESCO - Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura

Foi criada em 1945 pela Conferência de Londres e tem como objetivo contribuir para a paz através da educação, da ciência e da cultura. Visa eliminar o analfabetismo e melhorar o ensino básico, além de promo-

ver publicações de livros e revistas, e realizar debates científicos. Desde 1960, atua também na preservação e restauração de espaços de valor cultural e histórico.

Para saber mais acesse o QR Code:
<http://www.unesco.org/>



OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

É um fórum internacional que articula políticas públicas entre os países mais ricos do mundo. Fundada em 1961, substituiu a Organização Europeia para a Cooperação Econômica, criada em 1948, no quadro do Plano Marshall. Sua ação, além do terreno econômico, abrange a área das políticas sociais de educação, saúde, emprego e renda.

Para saber mais acesse o QR Code:
<http://www.oecd.org/>



OMS - Organização Mundial da Saúde

É uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à ONU. Sua sede é em Genebra, na Suíça. Tem como objetivo principal o alcance do maior grau possível de saúde por todos os povos. Para tanto, elabora estudos sobre combate de epidemias, além de normas internacionais para produtos alimentícios e farmacêuticos. Também coordena questões sanitárias internacionais e tenta conseguir avanços nas áreas de nutrição, higiene, habitação, saneamento básico etc.

Para saber mais acesse o QR Code:
<http://www.who.int/en/>



OEA - Organização dos Estados Americanos

Criada em 1948, com sede em Washington (EUA), seus membros são as 35 nações independentes do continente americano. Seu objetivo é o de fortalecer a cooperação, garantir a paz e a segurança na América e promover a democracia.

Para saber mais acesse o QR Code:
<http://www.oea.org/>



BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial

Com o objetivo de conceder empréstimos aos países membros, o BIRD, também conhecido como Banco Mundial, oferece financiamento e assistência técnica aos países menos avançados, a fim de promover seu crescimento econômico. É formado por 185 países-

-membros e iniciou suas atividades auxiliando na reconstrução da Europa e da Ásia após a Segunda Guerra Mundial. Para saber mais acesse o QR Code: <http://www.bancomundial.org.br/>



FMI - Fundo Monetário Internacional

Criado para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo, oferece empréstimos a juros baixos para países em dificuldades financeiras. Em troca, exige desses países que se comprometam na perseguição de metas macroeconômicas, como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura.

Para saber mais acesse o QR Code: <https://www.imf.org/en/home>



OMC - Organização Mundial do Comércio

Trata das regras do comércio entre as nações. Seus membros negociam e formulam acordos que, depois, são ratificados pelos parlamentos de cada um dos países-membros. Tem como objetivo desenvolver a produção e o comércio de bens e serviços entre países-membros, além de aumentar o nível de qualidade de vida nesses mesmos países.

Para saber mais acesse o QR Code: <http://www.wto.org/>



OIT - Organização Internacional do Trabalho

Tem representação paritária de governos dos seus 182 Estados-membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Com sede em Genebra, Suíça, a OIT possui uma rede de escritórios em todos os continentes. Busca congregar seus membros em torno dos seguintes objetivos comuns: pleno emprego, proteção no ambiente de trabalho, remuneração digna, formação profissional, aumento do nível de vida, possibilidade de negociação coletiva de contratos de trabalho etc.

Para saber mais acesse o QR Code: <http://www.oit.org/>



Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para promover o desenvolvimento econômico da América Latina e fortalecer as relações comerciais entre os países da região e com o restante do mundo. Com sede em Santiago, no Chile, a comissão ampliou sua atuação para o Caribe e passou a incluir também objetivos de desenvolvimento social. Seu trabalho baseia-se em pesquisas econômicas e na cooperação técnica com os

governos, destacando um enfoque estruturalista voltado ao crescimento com justiça social, além de abordar temas atuais como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e inclusão social.

Mandado e missão

- Presta serviços substantivos de secretaria e documentação à Comissão e a seus órgãos subsidiários;
- Realiza estudos, pesquisas e outras atividades de apoio em conformidade com o mandato da Comissão;
- Promove o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração no âmbito regional e sub-regional;
- Recolhe, organiza, interpreta e difunde informações e dados relativos ao desenvolvimento econômico e social da região;
- Presta serviços de assessoramento aos governos a pedido deles e planeja, organiza e executa programas de cooperação técnica;
- Planeja e promove atividades e projetos de cooperação técnica de alcance regional e sub-regional levando em conta as necessidades e prioridades da região e cumpre a função de organismo de execução desses projetos;
- Organiza conferências e reuniões de grupos intergovernamentais e peritos e patrocina cursos de capacitação, simpósios e seminários;
- Contribui a que se leve em conta a perspectiva regional a respeito dos problemas mundiais e nos fóruns internacionais e propõe questões de interesse mundial nos planos regional e sub-regional;
- Coordena as atividades da CEPAL com os dois principais departamentos e escritórios da Sede das Nações Unidas, os organismos especializados e as organizações intergovernamentais a fim de evitar duplicações e obter complementaridade no intercâmbio de informações.

Estados membros

Os 33 países da América Latina e do Caribe são membros da CEPAL, junto com algumas nações da América do Norte, Europa e Ásia que mantêm vínculos históricos, econômicos e culturais com a região. No total, há 46 Estados membros e 14 membros associados (condição jurídica atribuída a alguns territórios não independentes do Caribe).

Alemanha	Espanha	Paraguai
Antígua e Barbuda	Estados Unidos da América*	Peru
Argentina	França	Portugal
Bahamas	Granada	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Barbados	Guatemala	República da Coreia

Belize	Guiana	República Dominicana
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Haiti	Saint Kitts e Nevis
Brasil	Honduras	São Vicente e Granadinas
Canadá	Espanha	Santa Lúcia
Chile	Jamaica	Suriname
Colômbia	Japão	Trinidad e Tobago
Costa Rica	México	Türkiye
Cuba	Nicarágua	Uruguai
Dominica	Noruega	Venezuela (República Bolivariana da)
Equador	Países Baixos	
El Salvador	Panamá	

*Em 30 de janeiro de 2026, os Estados Unidos, por meio de nota diplomática, notificaram o Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre a decisão de seu governo de retirar sua adesão à Comissão.

Texto elabora para fins didáticos.

Referências: <https://www.abc.gov.br/Link/Organismos>.
<http://217.216.83.63/as-organizacoes-internacionais-na-atuabilidade/>.
<https://www.cepal.org/pt-br>.
<https://abre.ai/o4Pi>.



ATIVIDADES

1. Explique o que são organismos internacionais e apresente duas funções principais dessas instituições no mundo contemporâneo. Em seguida, cite um exemplo e descreva sua atuação.
2. Analise a atuação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em países de capitalismo dependente como o Brasil. Em sua resposta, apresente um ponto positivo e um negativo.
3. Os organismos internacionais são definidos como:
 - (A) Instituições formadas por Estados para cooperação internacional.
 - (B) Empresas privadas globais que controlam países.
 - (C) Organizações não governamentais locais.
 - (D) Partidos políticos internacionais.
 - (E) Grupos militares independentes.
4. A atuação do Fundo Monetário Internacional em países em crise econômica geralmente envolve:
 - (A) Intervenção militar direta.
 - (B) Substituição do governo nacional.
 - (C) Criação de leis internas obrigatórias.
 - (D) Distribuição gratuita de recursos sem condições.
 - (E) Exigência de ajustes econômicos como contrapartida a empréstimos.

Leia o texto

Texto II

Organismos internacionais e sua atuação em países de capitalismo dependente (como o Brasil): desafios para construção da cidadania

A partir de uma perspectiva crítica, compreende-se que as organizações ou organismos sociais, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial, entre outras, não são instituições neutras: elas operam dentro de uma lógica global que tende a reproduzir desigualdades entre países centrais (ricos) e periféricos (dependentes).

Para uma análise sociológica dos organismos internacionais e suas relações com os países de capitalismo dependente considere os seguintes pontos para reflexão:

- o mundo globalizado é estruturado por relações de poder;
- organismos internacionais atuam de forma ambígua;
- o Brasil ocupa uma posição dependente no sistema global e a cidadania é condicionada por fatores econômicos e políticos.

A seguir, algumas perspectivas teóricas da sociologia brasileira que nos permite uma melhor compreensão do tema em questão e seus desdobramentos:

Octávio Ianni

A partir dos anos 1990, Ianni produziu análises tão instigantes quanto controversas sobre o fenômeno da globalização. Para o autor, a monopolização do capital cria uma nova etapa da revolução burguesa mundial e funda a sociedade global. Suas estruturas de dominação e hegemonia se desligam dos Estados nacionais e passam a ser exercidas diretamente pelas empresas transnacionais, auxiliadas por organismos internacionais – FMI, Banco Mundial, ONU etc. – e pela indústria cultural, que atuam como expressão política e ideológica dos interesses do capital global. Esse fenômeno o leva a afirmar a obsolescência das lutas socialistas ligadas a marcos nacionais e a reivindicar sua manifestação num plano global, contrapondo à globalização capitalista outra socialista.

OCTÁVIO IANNI

TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO



A GLOBALIZAÇÃO É UMA FASE DO CAPITALISMO QUE TRANSFORMA O MUNDO EM UMA SOCIEDADE GLOBAL DESIGUAL, MARCADA POR NOVAS FORMAS DE IMPERIALISMO, PELA CRISE DO ESTADO-NAÇÃO E POR INTENSOS CONFLITOS SOCIAIS.



PRINCIPAIS EIXOS DA TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO EM OCTÁVIO IANNI.

A GLOBALIZAÇÃO NÃO É APENAS ECONÔMICA, MAS ENOLVE DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS, PRODUZINDO PROFUNDAS DESIGUALDADES E CONFLITOS EM ESCALA MUNDIAL.

É PROCESSO HISTÓRICO LIGADO À EXPANSÃO DO CAPITALISMO. NÃO É FENÔMENO NOVO NEM NEUTRO, MAS REPRESENTA UMA NOVA ETAPA DO CAPITALISMO MUNDIAL.



- SOCIEDADE GLOBAL**
- O MUNDO PASSA A FUNCIONAR COMO UMA SOCIEDADE GLOBAL.
 - INTERDEPENDÊNCIA ENTRE PAÍSES E MERCADOS
 - RELAÇÕES GLOBAIS ECONÔMICAS, POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS.
 - ESTRUTURA HIERARQUIZADA: PAÍSES CENTRAIS (DOMINANTES) E PAÍSES PERIFÉRICOS (DEPENDENTES).

- GLOBALIZAÇÃO E IMPERIALISMO**
- RECONFIGURAÇÃO DO IMPERIALISMO DOMINAÇÃO MENOS TERRITORIAL E MAIS ECONÔMICA, FINANCEIRA, TECNOLÓGICA, CULTURAL.
 - ATUAÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS (FMI, BANCO MUNDIAL)
 - REFORÇO DA DEPENDÊNCIA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

- GLOBALIZAÇÃO CULTURAL**
- DIFUSÃO DE VALORES DO CAPITALISMO: CONSUMO, INDIVIDUALISMO, COMPETITIVIDADE E EXPANSÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL GLOBAL.
 - TENDÊNCIA À PADRONIZAÇÃO CULTURAL.
 - PRESENÇA DE RESISTÊNCIAS, CONFLITOS, REAFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS.

- GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO**
- INTENSIFICAÇÃO DA CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS.
 - INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.
 - ATUAÇÃO DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS.
 - AMPLIAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO.
 - AUMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS.



- ESTADO-NAÇÃO**
- CRISE E REDEFINIÇÃO DO ESTADO NACIONAL.
 - PERDA PARCIAL DE SOBERANIA.
 - SUBORDINAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DO CAPITAL GLOBAL.
 - ADOÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS.
 - ENFRAQUECIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS.

- CONTRADIÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO**
- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.
 - EXCLUSÃO SOCIAL.
 - CONFLITOS SOCIAIS, ÉTNICOS E POLÍTICOS.
 - APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES.
 - EMERGÊNCIA DE NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE RESISTÊNCIA.

Disponível em: <https://www.instagram.com/sociologiaemmapas/> Acesso em: 22 mar. 2026.

Material produzido por @sociologiaemmapas. Todos os direitos reservados.

No livro *A sociedade global*, o sociólogo brasileiro Octávio Ianni analisa as transformações do mundo contemporâneo a partir do avanço da globalização. Para o autor, a crescente interdependência entre os países torna insuficiente a ideia de que cada nação consegue organizar sua economia de forma isolada.

Nesse contexto, Ianni afirma que organismos e agências internacionais surgem da percepção de que os sistemas econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, não são autorreguláveis. Ou seja, o mercado não funciona de maneira totalmente autônoma ou equilibrada. Ao contrário, ele tende a produzir crises, desigualdades e instabilidades que exigem formas de regulação e coordenação em escala global.

É justamente nesse cenário que instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio ganham relevância. Elas são criadas com o objetivo de estabilizar economias em crise, regular fluxos financeiros e comerciais e promover cooperação entre países.

No entanto, a análise sociológica proposta por Ianni não se limita a reconhecer essas funções. Ele também chama atenção para o fato de que essas organizações atuam dentro de uma estrutura desigual do sistema capitalista global. Isso significa que suas decisões e orientações podem refletir, muitas vezes, os interesses dos países mais poderosos.

Assim, embora esses organismos possam contribuir para a organização da economia mundial, eles também podem impor políticas econômicas a países mais frágeis, limitar a autonomia nacional e reforçar relações de dependência.

No caso do Brasil, essa dinâmica se torna evidente quando políticas econômicas são influenciadas por re-

comendações ou exigências dessas instituições, especialmente em momentos de crise. Isso pode impactar diretamente áreas como saúde, educação e emprego, evidenciando os limites da cidadania em contextos de capitalismo dependente.

Dessa forma, a reflexão de Octávio Ianni permite compreender que os organismos internacionais não são apenas instrumentos técnicos de cooperação, mas também atores políticos fundamentais na organização do mundo globalizado. Eles expressam tanto a necessidade de coordenação internacional quanto as contradições de um sistema marcado por desigualdades.

Texto elaborado para fins didáticos.

Referências: IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
SANTOS, André Rocha. Octávio Ianni. Bionotas. SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia.
Resenha da obra "A sociedade global" elaborada e publicada por: <https://abre.ai/o4Qv>.

Leia o texto

Texto III

Florestan Fernandes e o Capitalismo dependente

Florestan Fernandes interpreta o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma perspectiva histórica e relacional, ou seja, inserindo o país no contexto mais amplo da expansão do capitalismo mundial. Para ele, não é possível compreender a sociedade brasileira de forma isolada, pois sua formação está profundamente ligada ao processo de constituição de uma economia global marcada por desigualdades entre países centrais e periféricos. Nesse sentido, o Brasil já nasce articulado ao capitalismo internacional, mas em uma posição subordinada.

Uma das ideias centrais do autor é que o subdesenvolvimento não representa uma etapa passageira rumo ao desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural

produzida pelo próprio funcionamento do capitalismo. Em outras palavras, o atraso relativo de países como o Brasil não é um desvio ou uma falha no sistema, mas parte integrante dele. O desenvolvimento dos países centrais depende, em grande medida, da manutenção dessa relação desigual com as economias periféricas, que historicamente foram organizadas para fornecer recursos, matérias-primas e excedentes.

Ao analisar o período colonial, Florestan rejeita interpretações simplificadoras. Ele não considera que o Brasil tenha sido capitalista desde o início, tampouco que tenha passado por uma etapa feudal clássica. A sociedade colonial, segundo ele, era estamental e escravista, marcada por uma forte concentração de poder e riqueza, além de uma profunda hierarquização social. Essa base histórica não desaparece com o tempo; ao contrário, ela condiciona o desenvolvimento posterior do capitalismo no país, influenciando suas estruturas sociais, políticas e econômicas.

Ao longo da história, o Brasil passa por diferentes formas de dominação externa, que vão se transformando conforme o próprio capitalismo se reorganiza no plano internacional. Do controle direto exercido pelas metrópoles no período colonial, passa-se a formas mais indiretas de dependência, baseadas em relações econômicas e financeiras, especialmente a partir do século XIX. Com o avanço do imperialismo e, posteriormente, da internacionalização do capital no pós-Segunda Guerra, essa dependência se aprofunda, com a presença crescente de empresas multinacionais e a integração subordinada da economia brasileira ao mercado global.

É nesse contexto que se consolida o chamado capitalismo dependente. Trata-se de uma forma específica de desenvolvimento capitalista, na qual há crescimento econômico, modernização e até industrialização, mas sem ruptura com a dependência externa e sem superação das desigualdades internas. O Brasil se moderniza, mas essa

modernização ocorre de maneira limitada e desigual. Elementos modernos convivem com estruturas arcaicas, em um processo que Florestan descreve como uma combinação entre o novo e o antigo. Não há uma transformação profunda da sociedade, mas sim uma adaptação das estruturas existentes às exigências do capitalismo global.

As classes dominantes desempenham um papel fundamental nesse processo. Segundo Florestan, elas não atuam como agentes de transformação estrutural, mas como mediadoras da dependência. Em vez de buscar um desenvolvimento autônomo, tendem a se associar aos interesses do capital internacional, preservando seus privilégios e evitando mudanças que possam ameaçar sua posição social. O medo da mobilização das classes populares e a fragilidade das classes dominadas em termos de organização política contribuem para a manutenção dessa ordem.

Assim, mesmo em períodos de crescimento econômico significativo, como ocorreu no Brasil ao longo do século XX, persistem profundas desigualdades sociais, concentração de renda e exclusão política. O capitalismo dependente, portanto, revela-se incapaz de promover uma integração social mais ampla ou de garantir condições efetivas de cidadania para a maioria da população.

A análise de Florestan Fernandes aponta para a existência de um padrão histórico de desenvolvimento marcado pela articulação entre interesses internos e externos, que bloqueia transformações estruturais mais profundas. A dependência não é apenas imposta de fora, mas também reproduzida internamente, o que torna sua superação um processo complexo. Dessa forma, o capitalismo dependente não é apenas uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma duradoura de organização da sociedade brasileira, com implicações diretas para a democracia, a desigualdade e os limites da cidadania.

Texto elaborado para fins didáticos.

Referência: CORSI, Francisco Luiz. O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 229-246.

Outras perspectivas e autores para dialogar

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

TEORIA DA DEPENDÊNCIA



A "TEORIA DA DEPENDÊNCIA" FOI FORMULADA E DESENVOLVIDA POR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM PARCERIA COM ENZO FALETTO, SOBRETUDO NA OBRA DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA (1969).

PROCURA EXPLICAR POR QUE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS PERMANECIAM SUBDESENVOLVIDOS, MESMO APÓS POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO.



- o CAPITALISMO MUNDIAL É UM SISTEMA INTEGRADO, COMPOSTO POR CENTRO (PAÍSES DESENVOLVIDOS) E PERIFERIA (PAÍSES DEPENDENTES).
- o SUBDESENVOLVIMENTO NÃO É UMA ETAPA ANTERIOR AO DESENVOLVIMENTO, MAS UM RESULTADO ESTRUTURAL DA INSERÇÃO SUBORDINADA DA PERIFERIA NO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL.
- o DESENVOLVIMENTO DE UNS (CENTRO) OCORRE ÀS CUSTAS DA DEPENDÊNCIA DE OUTROS (PERIFERIA).

DIFERENTES FORMAS HISTÓRICAS DE DEPENDÊNCIA, RELACIONADAS ÀS FASES DO CAPITALISMO:

DEPENDÊNCIA COLONIAL: BASEADA NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E NO CONTROLE POLÍTICO DIRETO.

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E INDUSTRIAL: MARCADA PELO CAPITAL ESTRANGEIRO E PELAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS.

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA: ACENTUADA PELA CONCENTRAÇÃO DE INOVAÇÃO E CONHECIMENTO NOS PAÍSES CENTRAIS.



INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE

- A INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NÃO ROMPE A DEPENDÊNCIA, MAS A RECONFIGURA.
- O CAPITAL ESTRANGEIRO (ESPECIALMENTE DAS MULTINACIONAIS) PASSA A DOMINAR SETORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA.
- A ECONOMIA SE TORNA HETEROGÊNEA, COM SETORES MODERNOS E DINÂMICOS CONVIVENDO COM OUTROS ATRASADOS E SUBORDINADOS.

AUTONOMIA RELATIVA E AÇÃO POLÍTICA

CARDOSO E FALETTO INTRODUZEM A NOÇÃO DE "DEPENDÊNCIA ASSOCIADA":

- os PAÍSES DEPENDENTES PODEM DESENVOLVER-SE, MAS DE FORMA LIMITADA E SUBORDINADA, POR MEIO DE ALIANÇAS ENTRE ELITES LOCAIS E O CAPITAL INTERNACIONAL.
- POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DENTRO DA DEPENDÊNCIA, EMBORA COM RESTRIÇÕES ESTRUTURAIS.
- O PAPEL DO ESTADO E DAS COALIZÕES SOCIAIS INTERNAS É CENTRAL PARA DEFINIR O TIPO E O GRAU DE DEPENDÊNCIA.



Material produzido por @sociologiaemmapas. Todos os direitos reservados.

CELSO FURTADO

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL



CELSO MONTEIRO FURTADO FOI UM ECONOMISTA BRASILEIRO E UM DOS MAIS DESTACADOS INTELLECTUAIS DO PAÍS AO LONGO DO SÉCULO XX.

PRINCIPAL OBRA: "FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL".

ANALISA O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA DESDE O PERÍODO COLONIAL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX.

EXPLICA COMO O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO SE FORMOU HISTÓRICAMENTE, A PARTIR DE ESTRUTURAS ECONÔMICAS DEPENDENTES E VOLTADAS AO EXTERIOR.

ANÁLISE HISTÓRICA

BRASIL COLÔNIA

- ECONOMIA BASEADA EM GRANDES PROPRIEDADES RURAIS (LATIFÚNDIOS), TRABALHO ESCRAVO E PRODUÇÃO MONOCULTORA (PRINCIPALMENTE AÇÚCAR).
- A ECONOMIA ERA VOLTADA PARA O MERCADO EXTERNO, SEM INTEGRAÇÃO INTERNA OU DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA.

CICLO DO AÇÚCAR

- ORGANIZAÇÃO PATRIMONIALISTA E ESCRAVISTA, COM CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POUCA URBANIZAÇÃO.
- DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E COMERCIAL DA EUROPA (PRINCIPALMENTE HOLANDA E PORTUGAL).
- POUCA ACUMULAÇÃO INTERNA DE CAPITAL – A MAIOR PARTE DA RENDA ERA DRENADA PARA O EXTERIOR.



CICLO DO OURO

- MUDANÇA DO EIXO ECONÔMICO DO NORDESTE PARA O CENTRO-SUL.
- EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E SURGIMENTO DE NOVOS NÚCLEOS URBANOS.
- APESAR DO DINAMISMO, NÃO PROMOVEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POIS GRANDE PARTE DO OURO FOI EXPORTADA E NÃO GEROU BASE INDUSTRIAL.



CICLO DO CAFÉ

- INTRODUZIU FORMAS EMBRIONÁRIAS DE CAPITALISMO, COM USO CRESCENTE DE TRABALHO ASSALARIADO (ESPECIALMENTE DE IMIGRANTES EUROPEUS).
- IMPULSIONOU A FORMAÇÃO DE UMA BURGUESIA AGRÁRIA EXPORTADORA E O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO INCIPIENTE NO SUDESTE.
- MAS MANTEVE A DEPENDÊNCIA EXTERNA E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DE RENDA.

TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA INDUSTRIAL

- A CRISE DO CAFÉ E A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929 ABALARAM O MODELO AGROEXPORTADOR.
- A QUEDA NAS EXPORTAÇÕES LEVOU À SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES – INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO INTERNA.
- O ESTADO COMEÇOU A DESEMPENHAR PAPEL ATIVO NA ECONOMIA, ESPECIALMENTE DURANTE O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.



SÍNTESE

- O SUBDESENVOLVIMENTO NÃO É UMA ETAPA, MAS UM PRODUTO HISTÓRICO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.
- A ECONOMIA BRASILEIRA CRESCER DE FORMA DESEQUILIBRADA, COM SETORES MODERNOS CONVIVENDO COM ESTRUTURAS ARCAICAS.

Disponível em: <https://www.instagram.com/sociologiaemmapas/> Acesso em: 22 mar. 2026.

Material produzido por @sociologiaemmapas. Todos os direitos reservados.

Problematização sociológica

A partir desses autores, podemos levantar questões centrais:

- O Brasil é realmente soberano em suas decisões econômicas?
- Quem se beneficia da atuação dos organismos internacionais?
- A globalização amplia ou limita a cidadania?
- É possível desenvolvimento sem dependência?



ATIVIDADES

5. (UNICAMP 2000) Octávio Ianni, em seu livro A Sociedade global, assim se refere a certos tipos de organizações internacionais: Essas organizações e agências internacionais dedicadas a sanear, orientar e dinamizar as economias nacionais e a economia internacional, nascem da crescente convicção de que os sistemas econômicos nacionais e internacionais não são autorreguláveis.

- Dê dois exemplos dessas organizações.
- Explique como elas interferem nas políticas econômicas e sociais do Brasil.

6. Explique o conceito de capitalismo dependente.

7. Como a atuação de organismos internacionais pode afetar a cidadania?

8. Você considera que o Brasil tem autonomia total nas decisões econômicas? Justifique.

9. O capitalismo dependente caracteriza-se por:

- Igualdade social elevada.
- Ausência de comércio exterior.
- Independência econômica total.
- Forte industrialização autônoma.
- Dependência de países desenvolvidos.

10. No Brasil, a atuação de organismos internacionais pode

- eliminar a pobreza automaticamente.
- influenciar políticas econômicas.
- não ter impacto algum.
- substituir o governo.
- impedir eleições.

11. Os limites da cidadania em países dependentes estão ligados:

- Ao clima.
- À geografia.
- Apenas à cultura.
- Apenas à religião.
- À influência externa e desigualdade.

FILOSOFIA



Colaboração

Prof.^a Rafael Arcanjo
Colégio Estadual José Valente – Nerópolis

Leia o texto

Texto I

Da filosofia medieval ao humanismo renascentista: a dignidade humana em destaque

A transição do pensamento filosófico medieval para o humanismo renascentista representa uma das mudanças mais importantes da história intelectual do Ocidente. Não se trata de uma ruptura absoluta, como se a Idade Média tivesse sido simplesmente abandonada, mas de um processo de transformação no qual certos temas antigos foram retomados e reinterpretados. Entre esses temas, destaca-se a valorização da dignidade humana.

Na filosofia medieval, a vida humana era compreendida sobretudo a partir de sua relação com Deus, com a ordem da criação e com a salvação da alma. Já no Renascimento, sem abandonar necessariamente a religião, muitos pensadores passaram a enfatizar mais diretamente o valor do ser humano, sua capacidade racional, sua liberdade, sua educação e sua ação no mundo. Nesse contexto, o pensamento político de Tomás de Aquino pode ser entendido como um primeiro momento importante de valorização da dignidade humana, que depois será remodelado pelo humanismo renascentista.

Tomás de Aquino e um primeiro momento de valorização da dignidade humana

Tomás de Aquino (1225-1274) foi um dos maiores filósofos e teólogos da Idade Média. Sua obra buscou articular a fé cristã com a razão filosófica, especialmente a partir da recepção de Aristóteles. Em seu pensamento, o ser humano ocupa um lugar elevado na criação porque foi dotado de razão e vontade. Isso significa que a pessoa humana não é apenas uma criatura passiva, mas um ser capaz de conhecer, deliberar e orientar suas ações em direção ao bem.

No campo político, Tomás de Aquino entende que a vida em sociedade é natural ao ser humano. As pessoas não vivem juntas apenas por necessidade material, mas porque a própria natureza humana é social. Assim, a comunidade política não existe apenas para impor ordem, e sim para promover o bem comum. Esse ponto é importante porque mostra que o governo deve estar a serviço da realização humana e não apenas da força ou do interesse de governantes.



Figura 1 - Tomás de Aquino.

Fonte: https://cdn.prod.website-files.com/6328cd3b5033ff5f4ab734fa/6927753228c90b35d19838dd_sao-tomas-de-aquino-imagem.webp

Para Tomás, toda autoridade legítima deve se orientar pela justiça. A lei, em seu sentido verdadeiro, não é mero instrumento de dominação; ela deve ser uma ordenação racional voltada para o bem comum. Isso já indica uma forma inicial de reconhecimento da dignidade humana: se a pessoa é racional, se participa da lei natural e se possui uma finalidade própria, então não pode ser tratada como simples objeto de poder.

Outro aspecto relevante é a ideia de lei natural. Segundo Tomás de Aquino, existe uma ordem moral inscrita na própria natureza humana, acessível à razão. Todos os seres humanos, por participarem dessa racionalidade, são capazes de distinguir, ao menos em linhas gerais, o bem do mal. Isso concede à pessoa um valor moral próprio.

Embora Tomás ainda pense em uma sociedade hierárquica típica do mundo medieval, sua filosofia oferece bases importantes para a posterior noção de dignidade humana universal, pois reconhece em todos os seres humanos uma natureza racional comum.

Portanto, em Tomás de Aquino, a dignidade humana aparece ligada à criação divina, à racionalidade, à sociabilidade e à orientação da vida política para o bem comum. Ainda não se trata do conceito moderno de direitos humanos, mas já há elementos decisivos para sua formação.

O que é o humanismo renascentista?

O humanismo renascentista foi um movimento intelectual e cultural que ganhou força entre os séculos XIV e XVI, especialmente na Itália e depois em outras regiões da Europa. Seu nome vem da valorização das humanidades, isto é, dos estudos de gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral, inspirados nos autores da Antiguidade clássica, como Cícero, Sêneca, Platão e outros.

O humanismo não foi um abandono completo do cristianismo. Muitos humanistas eram profundamente

religiosos. O que ocorreu foi uma mudança de ênfase: o ser humano passou a ser visto de maneira mais positiva, como alguém dotado de capacidades que deveriam ser cultivadas pela educação, pela reflexão moral e pela participação na vida pública.

Entre as principais características do humanismo, podem ser destacadas:

- A centralidade do ser humano como tema de reflexão, sem negar Deus, mas valorizando mais a experiência humana concreta.
- A defesa da educação como caminho de aperfeiçoamento moral, intelectual e político.
- A retomada crítica dos autores clássicos da Antiguidade.
- A valorização da razão, da liberdade e da capacidade humana de agir no mundo.
- A atenção à vida prática, à ética, à linguagem e à formação do cidadão.

Nesse contexto, a dignidade humana passa a ser compreendida de forma mais intensa como o valor próprio do ser humano enquanto ser racional, livre, criativo e educável. Se na Idade Média a dignidade estava fortemente associada ao lugar do homem na criação divina, no Renascimento ela passa a ser ressaltada também a partir de suas capacidades terrenas, de sua autonomia moral e de seu potencial de formação.

O humanismo e a valorização da dignidade humana

O humanismo renascentista não rejeita totalmente a herança medieval; ele a reelabora. A ideia de que o ser humano possui valor por ter sido criado por Deus permanece em muitos autores. Porém, esse valor passa a ser expresso com uma nova linguagem: a da formação humana, da liberdade interior, da cultura, da educação e da responsabilidade ética.

Assim, a dignidade humana deixa de aparecer somente como um dado teológico e passa a ser pensada também como uma tarefa. O ser humano é digno não apenas porque ocupa um lugar especial na criação, mas porque pode desenvolver suas potencialidades. A educação humanista procura justamente formar pessoas capazes de julgar, dialogar, agir com prudência e cultivar a virtude.

Texto elaborado para fins didáticos.

Referências: AQUINO, Tomás de. Suma teológica V. Edicoes Loyola, 2005.

CAVALHEIRI, Alceu et al. O pensamento político de Tomás de Aquino no De regno. 2006.

DELLA MIRANDOLA, Giovanni Pico. Discurso sobre a dignidade do homem. Edições 70, 2019.

KRISTELLER, Paul Oskar; MORÃO, Artur. Tradição clássica e pensamento do Renascimento. 1995.

positivo, quando, segundo o direito natural, é indiferente que se proceda de uma maneira ou de outra, como já foi explicado acima. Por isso, tais textos não hão de chamar leis, mas corrupções da lei, como já se disse. E portanto, não se deve julgar de acordo com elas.”

Tomás de Aquino, Suma Teológica, II, Questão 60, Art. 5.

Com base na passagem acima, é correto afirmar que

- (A) a lei escrita só é legítima se for baseada no direito natural.
(B) o direito positivo não é a lei escrita, mas dos costumes.
(C) o direito natural só é legítimo se expresso na lei escrita.
(D) não há diferença entre direito natural e direito positivo.

02. (ENEM – 2021) Tomás de Aquino, filósofo cristão que viveu no século XIII, afirma: a lei é uma regra ou um preceito relativo às nossas ações. Ora, a norma suprema dos atos humanos é a razão. Desse modo, em última análise, a lei está submetida à razão; é apenas uma formulação das exigências racionais. Porém, é mister que ela emane da comunidade, ou de uma pessoa que legitimamente a representa.

GILSON, E.; BOEHNER, P. História da filosofia cristã. Petrópolis: Vozes, 1991 (adaptado).

No contexto do século XIII, a visão política do filósofo mencionado retoma o

- (A) pensamento idealista de Platão.
(B) conformismo estoico de Sêneca.
(C) ensinamento místico de Pitágoras.
(D) paradigma de vida feliz de Agostinho.
(E) conceito de bem comum de Aristóteles.

03. (UEL-PR) O renascimento, amplo movimento artístico, literário e científico, expandiu-se da Península Itálica por quase toda a Europa, provocando transformações na sociedade. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) O racionalismo renascentista reforçou o princípio da autoridade da ciência teológica e da tradição medieval.
(B) Houve o resgate, pelos intelectuais renascentistas, dos ideais medievais ligados aos dogmas do catolicismo, sobretudo na concepção teocêntrica do mundo.
(C) Nesse período, reafirmou-se a ideia do homem cidadão, que terminou por enfraquecer os sentidos de identidade nacional e cultural, os quais contribuíram para o fim das monarquias absolutas.
(D) O humanismo pregou a determinação das ações humanas pelo divino e negou que o homem tivesse a capacidade de agir sobre o mundo, transformando-o de acordo com sua vontade e interesse.
(E) Os estudiosos do período buscaram apoio na observação, no modelo experimental e na reflexão racional, valorizando a natureza e o ser humano.

Leia o texto

Texto II

Erasmus de Roterdã

Erasmus de Roterdã (1466 ou 1469-1536) foi um dos mais importantes humanistas do Renascimento. Nascido nos Países Baixos, recebeu formação religiosa e intelectual sólida, tendo vivido em diferentes cidades europeias. Foi sacerdote, estudioso dos textos clássicos e bíblicos,



ATIVIDADES

01. (UECE – 2019) “Portanto, deve-se dizer que como a lei escrita não dá força ao direito natural, assim também não pode diminuir-lhe nem suprimir-lhe a força; pois, a vontade humana não pode mudar a natureza. Portanto, se a lei escrita contém algo contra o direito natural, é injusta e não tem força para obrigar. Pois, só há lugar para o direito



Figura 2 - Monumento à Erasmo de Roterdã (Holanda).

Foto: Vlada Photo / Shutterstock.com

escritor e grande defensor de uma reforma moral do cristianismo.

Erasmo tornou-se conhecido por seu domínio do latim, por sua vasta produção intelectual e por sua atuação como crítico dos abusos e das corrupções presentes na vida religiosa e política de seu tempo. Diferentemente de reformadores que promoveram ruptura institucional mais radical, Erasmo buscou uma renovação da Igreja a partir do retorno ao Evangelho, da educação e da moralidade cristã.

Entre suas obras mais conhecidas estão Elogio da Loucura, na qual utiliza a ironia para criticar vaidades, superstições e abusos sociais e religiosos, e suas edições e comentários do Novo Testamento, fundamentais para o estudo humanista das fontes cristãs.

As principais ideias de Erasmo de Roterdã

Erasmo defendia um cristianismo mais interior, mais ético e menos preso ao formalismo externo. Para ele, a verdadeira religião não deveria se resumir a ritos vazios, disputas escolásticas excessivamente abstratas ou simples obediência exterior. Ela deveria se expressar na transformação moral da vida.

Essa perspectiva é importante para pensar a dignidade humana porque atribui valor à consciência, à interioridade e à formação moral do indivíduo. O ser humano não é visto apenas como alguém submetido mecanicamente a normas, mas como sujeito capaz de discernir, aprender e cultivar a virtude.

Outro ponto central em Erasmo é a defesa da educação. Ele acreditava que os seres humanos podem ser aprimorados pelo estudo, pela leitura e pela formação ética. A educação, para ele, não era mero acúmulo de informações, mas um processo de humanização. Isso reforça uma visão positiva do ser humano: mesmo imperfeito, ele é capaz de aperfeiçoamento.

Erasmo também criticava a violência, a intolerância e a guerra. Em vários escritos, manifestou forte inclinação pacifista, denunciando a brutalidade dos conflitos entre cristãos. Sua defesa da paz decorre da ideia de que a vida humana possui valor e não deve ser sacrificada por ambição, fanatismo ou interesses políticos.

Além disso, Erasmo valorizava o retorno às fontes. Seu lema de renovação intelectual passava pelo estudo direto dos textos clássicos e bíblicos. Em vez de repetir fórmulas cristalizadas, ele propunha leitura crítica, reflexão e discernimento. Essa atitude contribuiu para fortalecer a ideia de que o ser humano, por meio da razão e da educação, pode buscar a verdade de forma mais autêntica.

Erasmo e a dignidade humana

A importância de Erasmo para pensar a dignidade hu-

mana está justamente no modo como articula cristianismo, educação, interioridade e crítica moral. Em sua obra, a dignidade do ser humano aparece ligada à capacidade de formar-se moralmente, de agir com moderação, de cultivar a paz e de desenvolver a razão.

Ele se opõe a práticas que degradam o ser humano, como o fanatismo, a ignorância cultivada, a guerra e a hipocrisia religiosa. Ao fazer isso, ajuda a construir uma imagem do ser humano como portador de valor intrínseco, merecedor de formação, respeito e cuidado.

Mesmo sem utilizar a linguagem contemporânea dos direitos humanos, Erasmo participa de um movimento intelectual que amplia o reconhecimento do valor da pessoa. Sua defesa da educação para todos os cristãos, sua crítica à violência e sua insistência na moralidade interior apontam para uma compreensão mais elevada da condição humana.

Humanismo e Direitos Humanos

A relação entre humanismo e direitos humanos não deve ser entendida como identidade imediata. O humanismo renascentista não formulou, tal como conhecemos hoje, declarações universais de direitos. No entanto, ele ajudou a preparar o terreno para isso.

Ao valorizar o ser humano, sua razão, sua liberdade relativa, sua capacidade de educação e sua dignidade moral, o humanismo contribuiu para a lenta formação de uma cultura na qual a pessoa passou a ser vista como fim em si mesma e não apenas como peça subordinada a estruturas de poder.

Mais tarde, na modernidade, essas ideias seriam aprofundadas em debates sobre liberdade de consciência, tolerância religiosa, igualdade jurídica e direitos naturais. Em longo prazo, esses desenvolvimentos dariam origem às formulações modernas dos direitos humanos.

Por isso, pode-se dizer que o humanismo renascentista foi um momento decisivo na história da dignidade humana. Ele não inventou sozinho os direitos humanos, mas fortaleceu uma visão do ser humano como ser valioso, racional, educável e merecedor de respeito.

Texto elaborado para fins didáticos.

Referências: DE ROTERDÃ, Erasmo. Elogio da loucura. Nova Fronteira, 2011.
PERIN, Conceição Solange Bution. A Influência Do Pensamento De Erasmo De Roterdã Na Educação Das Crianças Dos Séculos XV-XVI. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, 2020.
HUIZINGA, Johan; VITA, Arrigo. Erasmo. Giulio Einaudi, 1941.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2003



ATIVIDADES

04. (UFRN) Erasmo de Roterdã, autor de Elogio da Loucura (1511), obra em que criticava valores dominantes na sociedade de seu tempo, assim escreveu:

“No presente, o homem se faz pela posse da razão. Se as árvores e as bestas selvagens crescem, os homens, criam-me, moldam-se. [...] E aquele que não permite que seu filho seja instruído de forma conveniente, não é homem, nem seu filho se tornará um homem. A natureza, ao dar-vos um filho, vos presenteia com uma criatura rude, sem forma, a qual deveis moldar para que se converta em um homem de verdade.”

Apud: FERREIRA, João Paulo M. H.; FERNANDES, Luiz Estevam de O. Nova história integrada. Campinas: Companhia da Escola, 2005. p. 103.

Esse fragmento textual sugere a vinculação de Erasmo de Roterdã ao:

- (A) Escolasticismo, que tentava conciliar as verdades da revelação com aquelas formuladas pela pesquisa empírica.
- (B) Liberalismo, que pregava a necessidade de uma sociedade em que os homens construíssem, livremente, seu destino.
- (C) Renascimento, que valorizava a pessoa humana e acreditava no poder de suas capacidades intelectuais.
- (D) Universalismo, que desejava descobrir leis que pudessem explicar, cientificamente, o mundo.

05. (Centec-BA) Leia o texto abaixo para poder responder às duas questões que em seguida serão apresentadas.

“Os teólogos, portanto, tinham toda a preocupação voltada para as almas e para Deus, ou seja, para o mundo transcendente, o mundo dos fenômenos espirituais e imateriais. Os humanistas, por sua vez, voltavam-se para o aqui e agora, para o mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, a fim de terem um controle maior sobre o próprio destino. Por outro lado, a pregação do clero tradicional reforçava a submissão total do homem, em primeiro lugar, à onipotência divina, em segundo, à orientação do clero e, em terceiro, à tutela da nobreza, exaltando no ser humano, sobretudo, os valores de piedade, da mansidão e da disciplina. A postura dos humanistas era completamente diferente, valorizava o que de divino havia em cada homem, induzindo-o a expandir suas forças, a criar e a produzir, agindo sobre o mundo para transformá-lo de acordo com sua vontade e interesse.”

(SEVCENKO, p. 15)

I. No texto, a característica marcante do movimento humanista-renascentista é:

- (A) espírito crítico voltado para o estímulo às mudanças.
- (B) supremacia do mundo espiritual sobre o material.
- (C) valorização da piedade, da mansidão e da disciplina.
- (D) defesa da Igreja e da cultura medievais.
- (E) reprodução da crença dogmática dos teólogos medievais.

II. A crítica dos humanistas era dirigida à sociedade:

- (A) capitalista.
- (B) feudal.
- (C) comunista.
- (D) escravista.
- (E) socialista.

GEOGRAFIA

Leia o texto.

Texto I

Fontes de Energia: Renováveis e Não Renováveis no Contexto Brasileiro

A energia é fundamental para o funcionamento da sociedade contemporânea. Ela está presente na indústria, nos transportes, na agricultura, nos serviços e no cotidiano das famílias. Por isso, compreender de onde vem a energia consumida por um país ajuda a entender seu desenvolvimento econômico, seus impactos ambientais e as escolhas políticas envolvidas em sua produção e distribuição.

As fontes de energia dividem-se em dois grandes grupos. As fontes não renováveis são originadas de recursos que levaram milhões de anos para se formar e que, uma vez consumidos, não se regeneram em escala humana. Petróleo, gás natural, carvão mineral e urânio, utilizado na energia nuclear, são os principais exemplos. Essas fontes dominaram a matriz energética mundial ao longo do século XX, impulsionando a industrialização, mas também ampliando a emissão de gases de efeito estufa e a dependência de reservas concentradas em determinadas regiões do planeta. Já as fontes renováveis são aquelas que se regeneram naturalmente, como a energia hidráulica, solar, eólica, de biomassa e geotérmica. Em geral, apresentam menor emissão de poluentes, embora também possam gerar impactos socioambientais.

No cenário mundial, o Brasil ocupa posição de destaque, pois grande parte da eletricidade gerada no país provém de fontes renováveis, especialmente da energia hidráulica, além do crescimento recente das fontes eólica e solar. Segundo dados do Balanço Energético Nacional, essa característica coloca o Brasil entre as matrizes elétricas mais renováveis. No entanto, isso não elimina desafios ligados a impactos ambientais, conflitos territoriais, variabilidade climática e necessidade de planejamento de longo prazo.

A tabela 1 apresenta a participação aproximada das fontes na geração de eletricidade no Brasil em 2024, permitindo comparar o peso relativo de cada uma na matriz elétrica nacional.

Tabela 1 - Geração de eletricidade no Brasil por fonte (2024 – valores aproximados)

Fonte	Geração (GWh)	Participação (%)
Hidrelétrica	421.799	56,1
Eólica	107.654	14,3
Solar	70.665	9,4
Biomassa	61.006	8,1
Gás natural	47.792	6,4
Nuclear	15.767	2,1
Carvão mineral	10.247	1,4
Derivados do petróleo	6.390	0,9
Outras	10.015	1,3

Fonte: Equipe NURED. Referência: EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional 2025 (ano-base 2024). Disponível em: <https://abre.ai/o5Fq>. Acesso em: 25 fev. 2026. Adaptado.

Os dados evidenciam o predomínio de fontes renováveis na geração de eletricidade, mas também mostram a presença de fontes fósseis, o que permite problematizar os impactos e as decisões de política energética. Nesse contexto, é importante distinguir dois conceitos frequentemente confundidos: matriz elétrica e matriz energética. A matriz elétrica refere-se apenas à geração de eletricidade. Já a matriz energética é mais ampla, pois inclui toda a energia consumida no país, como combustíveis utilizados nos transportes, na indústria, no setor de serviços e nas residências. Quando se analisa a matriz energética total, percebe-se que os combustíveis fósseis, sobretudo os derivados do petróleo, ainda ocupam posição relevante, revelando que uma matriz elétrica mais limpa pode coexistir com dependência fóssil em outros setores.

A política energética brasileira é marcada por grandes escolhas, como a expansão de hidrelétricas, o fortalecimento dos biocombustíveis, a exploração de petróleo e gás e, mais recentemente, a ampliação das energias eólica e solar. Cada uma dessas alternativas envolve benefícios econômicos e desafios socioambientais. Assim, compreender a complexidade da energia no Brasil é essencial para analisar criticamente as escolhas que moldam o território, a economia e as condições de vida da população. Mais do que um insumo econômico, a energia é elemento central na produção do espaço geográfico.

Fonte: Equipe NURED.

Referências: EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Balanço Energético Nacional 2025 (ano-base 2024). Brasília: EPE/MME, 2025. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2025>. Acesso em: 27 fev. 2026.

EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Matriz Energética e Elétrica. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 27 fev. 2026.

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA

1. BELO MONTE: ANÚNCIO DE UMA GUERRA (DOCUMENTÁRIO).

SINOPSE

Classificação: 14 anos.

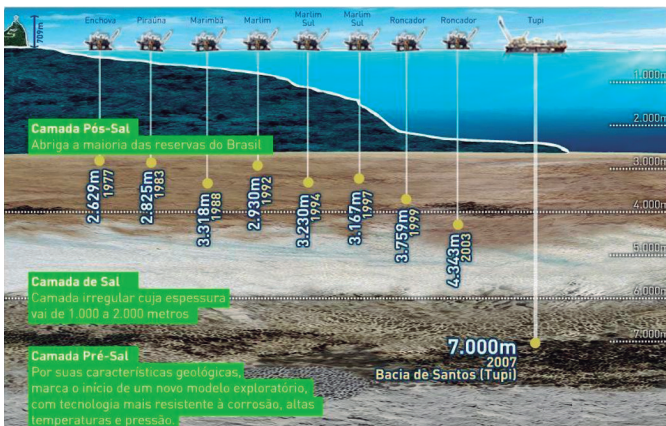
Documentário que retrata os impactos sociais e ambientais associados à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, evidenciando conflitos territoriais, pressões sobre o rio Xingu e efeitos sobre comunidades indígenas e populações locais.



Para saber
mais!



O Pré-sal Brasileiro: Riqueza e Responsabilidade



Disponível em: <https://abre.ai/oOIR>. Acesso em: 23 fev. 2026. Adaptado.

Entre as escolhas que marcam a política energética brasileira nas últimas décadas, destaca-se a expansão da exploração de petróleo e gás no pré-sal. A descoberta dessas reservas ampliou significativamente a produção petrolífera do país e aumentou a importância do pré-sal nas atividades de exploração e produção da Petrobras. Situadas principalmente nas bacias de Santos e Campos, em águas profundas e ultraprofundas, abaixo de uma espessa camada de sal no fundo do mar, essas reservas já respondem pela maior parte da produção da companhia.

Essa riqueza gera receitas expressivas, associadas a royalties e participações governamentais, e amplia o debate sobre como transformar uma renda de origem fóssil em investimentos de longo prazo em infraestrutura, ciência, educação e transição energética. Ao mesmo tempo, cresce a discussão sobre a continuidade da exploração do petróleo em um contexto de crise climática, pois, embora o pré-sal garanta divisas, arrecadação e empregos, a queima de combustíveis fósseis contribui para o aumento das emissões de CO₂. O Brasil, portanto, enfrenta um dilema estratégico: como administrar uma riqueza fóssil de forma responsável, sem adiar decisões necessárias para a transição energética?

Disponível em: <https://petrobras.com.br/pre-sal>. Acesso em: 25 fev. 2026. Adaptado.



ATIVIDADES

- De acordo com o Texto I, diferencie matriz elétrica de matriz energética.
- Com base no Texto I, como a matriz elétrica brasileira se caracteriza e qual é o principal desafio associado a ela?
 - É composta majoritariamente por termelétricas a gás natural, o que reduz os impactos ambientais e territoriais.
 - Tem forte participação de fontes renováveis, especial-

mente hidráulica, eólica e solar, mas enfrenta desafios como impactos socioambientais, conflitos territoriais e variabilidade climática.

- Depende exclusivamente da energia nuclear, o que elimina a emissão de poluentes e os conflitos pelo uso do território.
- É formada apenas por energia solar e eólica, o que dispensa hidrelétricas e termelétricas.
- É baseada principalmente no carvão mineral, o que a torna mais limpa e menos vulnerável às mudanças climáticas.

3. (ENEM-2025) Pela falta de chuvas, a geração de energia eólica, solar e térmica atingiu níveis recordes em agosto de 2021, quando as hidrelétricas ficaram com cerca de 50% do total. Para um professor da Universidade Federal da Bahia, essa queda não é uma surpresa. “Não aconteceu de uma hora para outra. Se olharmos o mapa do Brasil, um dos grandes provedores de água é a Floresta Amazônica. Se você diminui a floresta, diminui a quantidade de água que vai para a atmosfera”, explica.

BORGES, T. O fantasma do apagão. Disponível em: www.correio24horas.com.br. Acesso em: 9 out. 2021 (adaptado).

De acordo com o texto, a dificuldade na produção de energia é causada pela alteração da(s)

- variável em pesquisas meteorológicas.
- paisagem em locais estratégicos.
- demandas em regiões industriais.
- metas em acordos climáticos.
- geologia em áreas naturais.

4. Com base no box “Para saber mais!”, explique o dilema estratégico que o Brasil enfrenta em relação ao pré-sal.

5. Considerando o Texto I e o box “Para saber mais!”, qual alternativa expressa um desafio da política energética brasileira na atualidade?

- Abandonar imediatamente o uso de petróleo e gás, sem considerar os impactos econômicos e territoriais dessa decisão.
- Expandir fontes renováveis e, ao mesmo tempo, administrar a dependência de combustíveis fósseis, conciliando crescimento econômico, segurança energética e redução de impactos ambientais.
- Substituir completamente a geração hidrelétrica pela energia nuclear, eliminando os conflitos socioambientais no território.
- Priorizar apenas a produção de eletricidade, sem considerar os combustíveis usados nos transportes e na indústria.
- Concentrar os investimentos somente no pré-sal, pois isso resolve automaticamente os problemas da matriz energética brasileira.

Leia o texto.

Texto II

Biodiversidade e ameaças aos biomas brasileiros

Os biomas brasileiros representam grandes conjuntos de paisagens naturais, resultantes da interação entre

vegetação, clima, relevo, solos, hidrografia e fauna. Em seu vasto território, o Brasil abriga seis grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Cada um deles apresenta características próprias e abriga diferentes formações vegetais e espécies animais. Essa diversidade natural, porém, encontra-se sob forte pressão em razão das diferentes formas de ocupação e uso do território.

O desmatamento é uma ameaça comum a todos os biomas brasileiros, pois implica a remoção da vegetação nativa e desencadeia uma série de impactos socioambientais. Além dele, cada bioma sofre pressões específicas, relacionadas ao avanço de atividades econômicas, às queimadas, à mineração, à expansão agropecuária, à urbanização e a diferentes usos intensivos do solo. Compreender os biomas brasileiros, portanto, exige relacionar biodiversidade, ocupação do espaço e modelos de desenvolvimento.

A Amazônia, maior bioma brasileiro e maior floresta tropical do mundo, estende-se por nove estados e abriga enorme diversidade de espécies vegetais e animais. Apesar de ainda ser o bioma proporcionalmente mais preservado do país, já perdeu parte significativa de sua cobertura original. Entre as principais ameaças estão o avanço da agropecuária sobre áreas públicas, as queimadas associadas ao desmatamento, os garimpos ilegais, a extração ilegal de madeira e a implantação de grandes obras de infraestrutura, como barragens e rodovias. A devastação amazônica compromete não apenas a biodiversidade, mas também a regulação climática, uma vez que a floresta exerce papel importante na captura de carbono.



Figura 1 - Área de floresta derrubada no noroeste do Mato Grosso, na Amazônia

O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul, ocupa cerca de 23% do território brasileiro e apresenta formações savânicas, campestres e florestais. Além de sua elevada biodiversidade, possui grande relevância hídrica. Entretanto, a expansão agropecuária, urbana e outras formas de uso intensivo do solo têm provocado a redução e a fragmentação da vegetação nativa.



Figura 2 - Desmatamento em região do bioma Cerrado

A Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, predomina no semiárido nordestino e possui vegetação adaptada aos longos períodos de seca. Mesmo em condições naturais marcadas pela escassez hídrica, esse bioma vem sofrendo intensa degradação em decorrência da expansão agropecuária e da retirada da vegetação nativa. Esse processo, somado aos efeitos da crise climática, intensifica o risco de desertificação, comprometendo o solo, a biodiversidade e as condições de vida da população local.



Figura 3 - Umbuzeiro, árvores símbolo da Caatinga

A Mata Atlântica, distribuída por áreas litorâneas e interiores de diferentes estados do Brasil, é um dos biomas mais biodiversos das Américas. Ao mesmo tempo, é também um dos mais degradados, pois concentra grande parte da população e das atividades econômicas do país. A urbanização, a industrialização, a ocupação desordenada e a poluição da água, do solo e do ar somam-se ao desmatamento histórico, fazendo com que reste apenas uma pequena parcela de sua vegetação original.

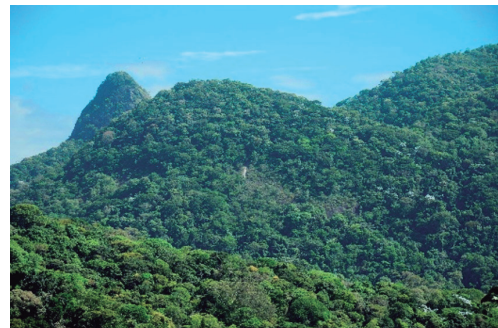


Figura 4 - Vegetação de Mata Atlântica

O Pantanal, maior planície de inundação contínua do planeta, depende diretamente do ritmo natural das cheias e vazantes para manter sua dinâmica ecológica. Embora ainda conserve grande parte de sua área, o bioma vem sendo ameaçado pela expansão agropecuária, pelo aumento do desmatamento e das queimadas em áreas mais elevadas de seu entorno. Esses processos afetam os rios, favorecem o assoreamento e alteram o equilíbrio hídrico da planície.

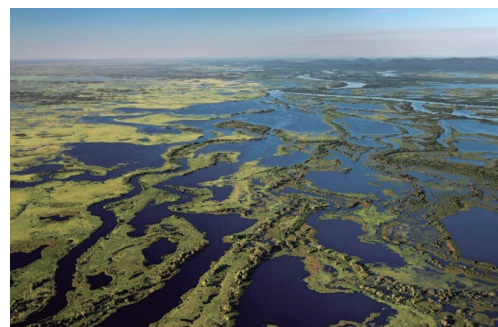


Figura 5 - Vista aérea do Pantanal Mato grossense

Já o Pampa, restrito ao Rio Grande do Sul, caracteriza-se pelo predomínio dos campos nativos. Apesar de sua riqueza biológica, o bioma vem sofrendo com a substituição da vegetação natural por monoculturas, sobretudo a soja, o que reduz a extensão dos campos e compromete a biodiversidade. Nas últimas décadas, o Pampa perdeu parcela significativa de sua cobertura vegetal e apresenta baixa proporção de áreas protegidas.



Figura 6 – Degradação de áreas do Pampa afeta dinâmica de absorção de água pelos solos

Desse modo, os biomas brasileiros revelam a grande diversidade natural do país, mas também evidenciam os efeitos dos modelos de ocupação e de exploração econômica sobre o território. Entre eles, o Cerrado ocupa posição especialmente estratégica, tanto por sua biodiversidade quanto por sua importância hídrica, sendo fundamental para o equilíbrio ambiental em diferentes regiões do país.

Disponível em: <https://projecolabora.com.br/ods13/os-seis-biomas-do-brasil-riqueza-sob-ameaca/>. Acesso em: 24 fev. 2026. Adaptado.

Para saber mais!



Biomas e Domínios Morfoclimáticos: qual é a diferença?

Biomas e domínios morfoclimáticos não são sinônimos, embora ambos ajudem a compreender a diversidade natural do território brasileiro. Os biomas correspondem a grandes áreas naturais com características ambientais semelhantes, marcadas pela cobertura vegetal e pela biodiversidade. Já os domínios morfoclimáticos, conceito desenvolvido por Aziz Ab'Saber, são grandes unidades paisagísticas definidas pela integração entre relevo, clima, vegetação, solos e hidrografia.

A principal diferença está no foco da análise: o bioma destaca grandes conjuntos naturais e sua biodiversidade, enquanto o domínio morfoclimático enfatiza a organização física da paisagem. No Brasil, Ab'Saber identificou seis domínios morfoclimáticos principais: Amazônico, Cerrado, Caatinga, Mares de Morros, Araucárias e Pradarias, além das faixas de transição. Compreender essa distinção é importante para analisar com mais precisão a diversidade das paisagens brasileiras e reforçar que a conservação dos biomas, especialmente do Cerrado e dos demais ambientes ameaçados, é fundamental para a biodiversidade, para os recursos hídricos e para o equilíbrio ambiental em escala local, regional e nacional.

Disponível em: https://publicacoes.sbenbio.org.br/trabalhos/ixerebio_ne/1071501.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026. Adaptado.



ATIVIDADES

6. Cite três biomas brasileiros apresentados no Texto II e indique uma característica e uma ameaça de cada um.

7. Com base no box 'Para saber mais!', explique a diferença entre biomas e domínios morfoclimáticos e analise por que essa distinção é importante para interpretar as características naturais do Cerrado.

8. De acordo com o Texto II, o Cerrado ocupa posição estratégica entre os biomas brasileiros porque

- (A) concentra a maior parte da industrialização do país e, por isso, sofre menos pressão ambiental.
- (B) reúne elevada biodiversidade e grande importância hídrica, sendo fundamental para o equilíbrio ambiental em diferentes regiões do Brasil.
- (C) apresenta clima temperado e vegetação homogênea, o que favorece sua preservação natural.
- (D) é o único bioma exclusivamente brasileiro e, por isso, não sofre com desmatamento.
- (E) possui a maior floresta tropical contínua do planeta, responsável pela maior captura de carbono do país.

9. Em muitas áreas do bioma Cerrado, a intensificação da fronteira agropecuária, associada ao período seco, tem ampliado os danos à vegetação nativa. Entre os problemas ambientais relacionados a esse contexto, destaca-se a ocorrência de:

- (A) Queimadas em remanescentes vegetais.
- (B) Contaminação das águas subterrâneas.
- (C) Desertificação das áreas afetadas.
- (D) Desmatamento das matas ciliares.
- (E) Poluição dos rios temporários.

10. Com base nos textos, explique por que o Cerrado ocupa posição estratégica no território brasileiro e de que maneira o atual modelo de desenvolvimento econômico ameaça o equilíbrio ambiental desse bioma.

Leia o texto.

Texto III

A savana mais biodiversa do planeta: riqueza, funções ecossistêmicas e ameaças

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupando aproximadamente 1.984.554 km², o que corresponde a cerca de 23,3% do território nacional. Localizado na porção central do Brasil, faz limite com a Amazônia, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Pantanal, funcionando como importante área de conexão ecológica em escala nacional. A combinação entre posição geográfica, variações de altitude, clima, solos e geologia ajuda a explicar por que o Cerrado é reconhecido como um hotspot de biodiversidade, isto é, uma região com riqueza biológica excepcional, mas sob forte pressão antrópica. A figura a seguir localiza o bioma Cerrado no território brasileiro e evidencia sua posição central e seus contatos com outros biomas.



Figura 7 - Localização do bioma Cerrado

A vegetação do Cerrado organiza-se em um mosaico de fitofisionomias, isto é, diferentes formas de vegetação distribuídas em grandes formações florestais, savânicas e campestres. Entre elas, destacam-se as formações florestais, como a mata ciliar, a mata de galeria, a mata seca e o cerradão; as formações savânicas, como o cerrado sentido restrito, o parque de cerrado, o palmeiral e a vereda; e as formações campestres, como o campo sujo, o campo limpo e o campo rupestre. Essa diversidade de paisagens vegetais sustenta uma fauna muito expressiva, com grande variedade de mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios. Parte dessa biodiversidade é endêmica, ou seja, ocorre apenas nesse bioma, o que torna sua conservação ainda mais estratégica. A perda de habitat, nesse caso, pode significar extinções irreversíveis. A figura a seguir sintetiza as principais fitofisionomias do Cerrado e permite visualizar a diversidade de formações vegetais do bioma.

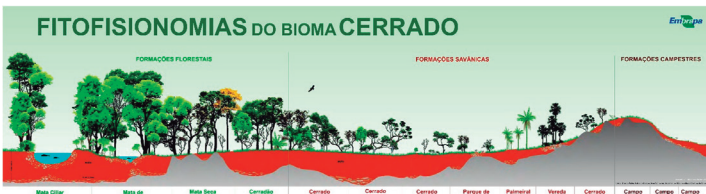


Figura 8 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado

Do ponto de vista do equilíbrio ambiental, o Cerrado presta serviços ecossistêmicos que extrapolam suas fronteiras. O bioma é conhecido como “berço das águas”, pois contribui para alimentar importantes bacias hidrográficas do país. A figura a seguir apresenta as regiões hidrográficas e os principais corpos hídricos associados ao Cerrado, evidenciando sua relevância para a dinâmica das águas no Brasil.

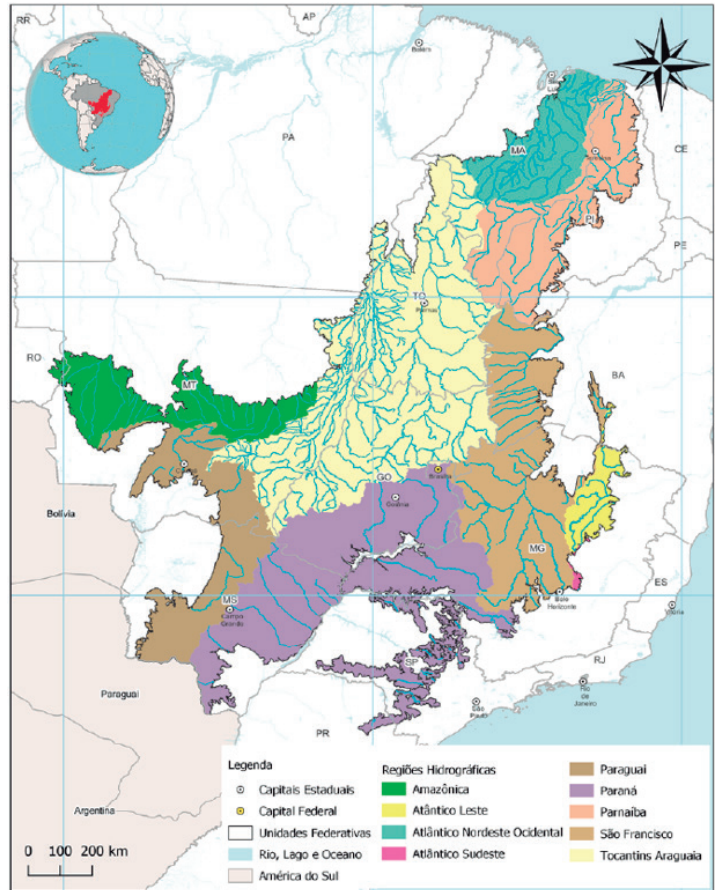


Figura 9 - Regiões hidrográficas e principais corpos hídricos presentes no bioma Cerrado

A manutenção desse regime hídrico depende, entre outros fatores, da cobertura vegetal nativa. Muitas plantas do Cerrado possuem sistemas radiculares profundos, capazes de favorecer a infiltração da água no solo e a recarga de aquíferos, sustentando nascentes e vazões ao longo do ano. Assim, a degradação do bioma não afeta apenas a biodiversidade local, mas também o abastecimento de água, a estabilidade climática e a dinâmica ecológica em diferentes regiões brasileiras, com impactos que podem alcançar escalas nacional e global.

Apesar dessa relevância, o Cerrado é um dos biomas mais pressionados pela conversão de áreas naturais. Dados do MapBiomas indicam que apenas parte de sua vegetação nativa permanece preservada, enquanto extensas áreas já foram convertidas para usos antrópicos, especialmente pastagens e agricultura. Soma-se a isso o baixo percentual de áreas formalmente protegidas, o que intensifica a fragmentação dos habitats e amplia o risco para espécies ameaçadas. Esse cenário reforça a necessidade de compreender não apenas a importância ecológica do Cerrado, mas também os processos econômicos e territoriais responsáveis por sua transformação.

Se, por um lado, o Cerrado se destaca por sua biodiversidade, importância hídrica e funções ecológicas, por outro, sua ocupação recente revela como diferentes modelos de desenvolvimento econômico e tecnológico transformaram profundamente esse bioma. Compreender essas transformações é essencial para relacionar a expansão produtiva aos problemas socioambientais observados no território.

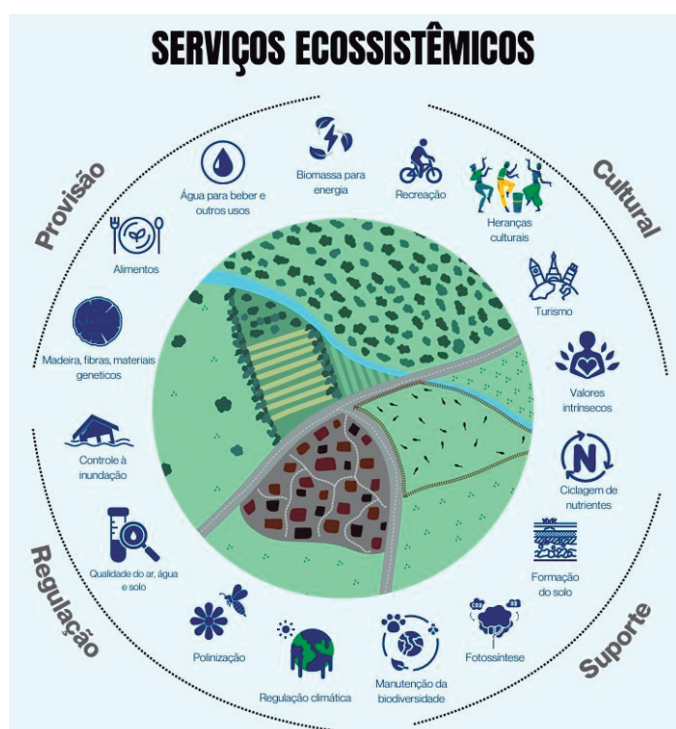
Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/862/836/3500>. Acesso em: 24 fev. 2026. Adaptado.

Para saber
mais!



Serviços ecossistêmicos do Cerrado goiano

O Cerrado, considerado a savana mais biodiversa do mundo, ocupa grande parte do território de Goiás e desempenha papel fundamental para o equilíbrio ambiental, a economia e a qualidade de vida da população. Nesse contexto, destacam-se os serviços ecossistêmicos, que correspondem aos benefícios diretos e indiretos que os seres humanos obtêm da natureza e que são essenciais para a manutenção da vida e das atividades produtivas. A figura a seguir apresenta, de forma sintética, os principais serviços ecossistêmicos associados aos ambientes naturais.



Disponível em: <https://abelha.org.br/novo-relatorio-destaca-as-solucoes-para-integracao-da-agricultura-e-da-biodiversidade/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

No Cerrado goiano, esses serviços podem ser agrupados em quatro categorias. Os serviços de provisão relacionam-se ao fornecimento de recursos naturais, como água, alimentos, frutos nativos e matérias-primas. Os serviços de regulação dizem respeito à capacidade dos ecossistemas de manter o equilíbrio ambiental, contribuindo para a regulação do clima, a proteção do solo, a qualidade da água, a polinização e a recarga de aquíferos. Os serviços culturais envolvem valores simbólicos, educativos e turísticos associados à relação entre sociedade e natureza. Já os serviços de suporte incluem processos como a formação do solo, a ciclagem de nutrientes e a manutenção da biodiversidade, que sustentam todos os demais.

A importância do Cerrado vai além da dimensão ambiental, alcançando também a economia e o bem-estar da população. A conservação desses serviços está diretamente ligada à produtividade agrícola, à segurança hídrica e à qualidade de vida. Entretanto,

a expansão da agropecuária, o desmatamento e as queimadas comprometem essas funções ecológicas e podem provocar escassez de água, perda de biodiversidade e agravamento dos impactos ambientais. Assim, preservar o Cerrado significa garantir não apenas a conservação da vegetação e da fauna, mas também a continuidade dos serviços ecossistêmicos essenciais para as presentes e futuras gerações.

Contribuição: Prof. Marcos Bonifácio - Colégio Estadual Estrela do Sul

Referências: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA).

Artigo - Dia do Cerrado: os serviços ecossistêmicos e seus benefícios para a sociedade e a economia. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/102984415/artigo--dia-do-cerrado-os-servicos-ecossistemicos-e-seus-beneficios-para-a-sociedade-e-a-economia>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, A. P. Serviços ecossistêmicos do Cerrado: contribuições para a sociedade e a economia. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/7034>. Acesso em: 18 mar. 2026.



ATIVIDADES

11. Com base no Texto III, explique por que a destruição do Cerrado pode afetar o abastecimento de água em diferentes regiões do país.

12. (Enem-2016) O bioma Cerrado foi considerado recentemente um dos 25 hotspots de biodiversidade do mundo segundo uma análise em escala mundial das regiões biogeográficas sobre áreas globais prioritárias para conservação. O conceito de hotspot foi criado tendo em vista a escassez de recursos direcionados para conservação, com o objetivo de apresentar os chamados “pontos quentes”, ou seja, locais para os quais existe maior necessidade de direcionamento de esforços, buscando evitar a extinção de muitas espécies que estão altamente ameaçadas por ações antrópicas.

PINTO, PP; DINIZ-FILHO, J. A. F. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade Cultural Goiana: Vieira, 2005 (adaptado).

A necessidade desse tipo de ação na área mencionada tem como causa a

- (a) intensificação da atividade turística.
- (b) implantação de parques ecológicos.
- (c) exploração dos recursos minerais.
- (d) elevação do extrativismo vegetal.
- (e) expansão da fronteira agrícola.

13. Parte significativa das espécies do Cerrado é endêmica. A intensificação da perda de habitats nesse bioma representa um problema ambiental global porque

- (A) promove a substituição natural das espécies sem alterar o equilíbrio ambiental.
- (B) reduz temporariamente a fauna, sem afetar a diversidade em outras áreas.
- (C) pode causar extinções definitivas, comprometendo a diversidade natural em escala global.
- (D) amplia a homogeneidade dos ambientes, favorecendo o equilíbrio ecológico.
- (E) limita seus impactos ao bioma, sem repercussões em outras regiões.

14. Com base no Texto III e no box “Para saber mais!”, a relação entre serviços ecossistêmicos e economia demonstra que

- (A) a preservação ambiental pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.
- (B) a conservação ambiental impõe limites que inviabilizam, necessariamente, as atividades produtivas.
- (C) o crescimento econômico depende prioritariamente da expansão industrial, mesmo em áreas de relevância ecológica.
- (D) os serviços ecossistêmicos têm valor ambiental, mas pouca influência sobre a produtividade e o bem-estar social.
- (E) a disponibilidade de recursos naturais compensa os impactos do uso intensivo do território.

15. O Texto III afirma que muitas plantas do Cerrado possuem sistemas radiculares profundos. Explique por que essa característica é importante para a sobrevivência das plantas nesse bioma.

Leia o texto.

Texto IV

Expansão agropecuária e impactos socioambientais no Cerrado

A transformação do Cerrado em uma das principais fronteiras agropecuárias do mundo não ocorreu por “vocação natural” do bioma, mas como resultado de deci-

sões políticas, avanços técnico-científicos e expansão de mercados. Ao longo do tempo, diferentes frentes de ocupação reorientaram o uso do território, alterando paisagens e relações sociais. Entre essas frentes, destaca-se a modernização agropecuária intensificada a partir do final do século XX, quando pesquisas e tecnologias passaram a viabilizar a produção em larga escala em áreas antes consideradas pouco aptas devido à acidez e à baixa fertilidade natural dos solos.

A correção química do solo, o uso de maquinário, sementes melhoradas, irrigação, fertilizantes e infraestrutura logística permitiram o avanço de monoculturas e da pecuária em larga escala, consolidando o Cerrado como área estratégica para a produção de commodities agrícolas. Esse processo está associado a um modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico baseado na expansão da agricultura empresarial, na intensificação do uso da terra e na integração do território aos mercados nacionais e globais.

Esse modelo intensificou a conversão da vegetação nativa. Os dados do MapBiomas evidenciam mudanças estruturais no uso da terra: entre 1985 e 2023, a cobertura de vegetação nativa recuou de aproximadamente 69% para 51% do bioma, enquanto a agricultura aumentou de cerca de 2,08% para 13,09%. Somadas, as áreas de pastagem e de agricultura ocupam parcela expressiva do território, reduzindo a conectividade ecológica, ampliando processos erosivos, pressionando recursos hídricos e aumentando a vulnerabilidade a incêndios e desequilíbrios climáticos regionais. A figura a seguir sintetiza essa dinâmica de conversão do uso e cobertura do solo no período.

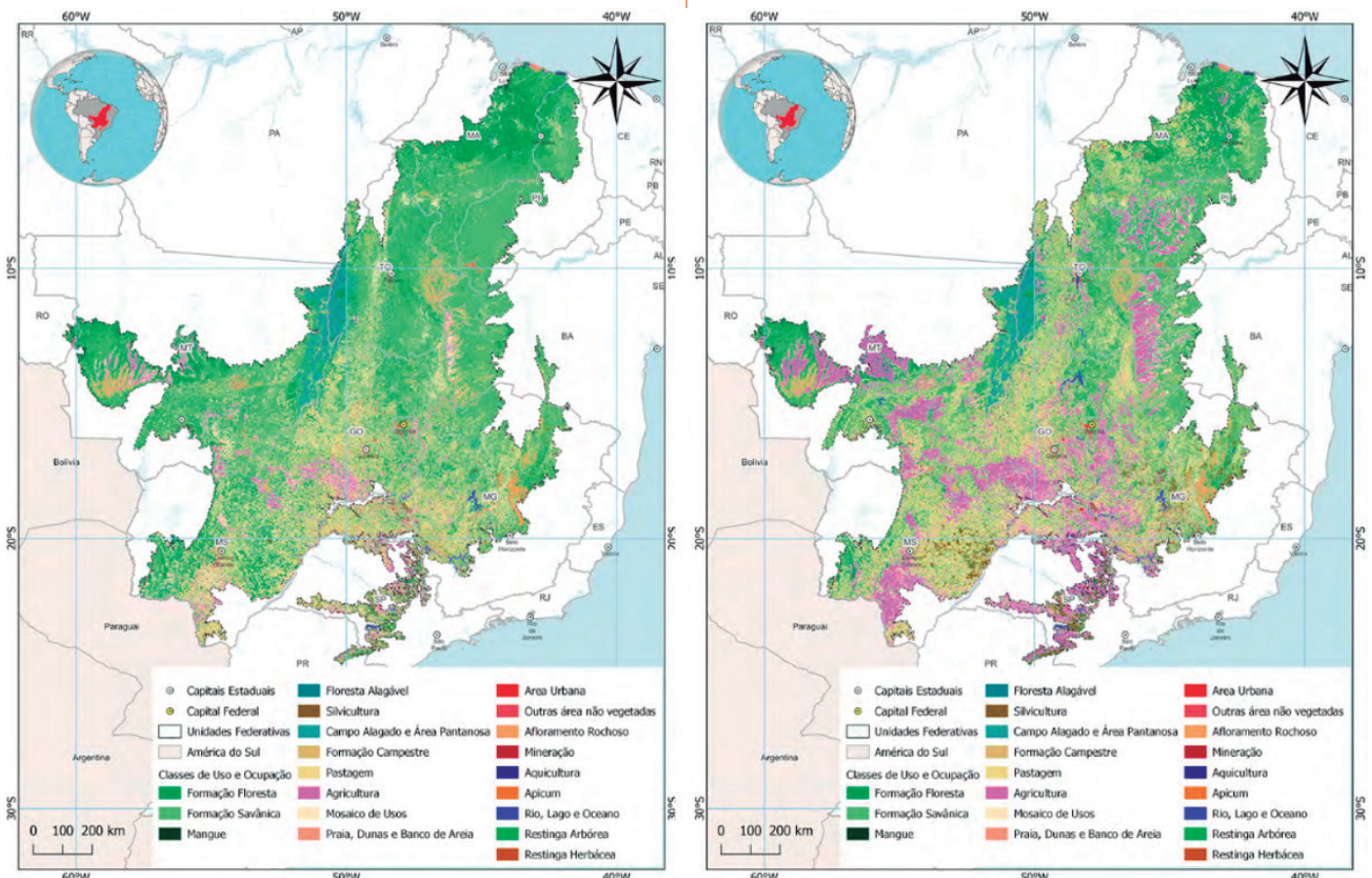


Figura 10 - Dinâmica de uso e cobertura do solo no bioma Cerrado entre 1985 e 2023

Os impactos, porém, não se limitam ao meio físico-biótico. A reestruturação produtiva do Cerrado também reorganiza a sociedade e o território, com efeitos socioeconômicos distribuídos de forma desigual. A modernização tende a favorecer grandes empreendimentos com acesso a crédito, tecnologia e extensas propriedades, ao mesmo tempo em que pode intensificar a concentração fundiária e os conflitos territoriais, pressionando comunidades tradicionais e modos de vida vinculados ao uso sustentável do bioma. Além disso, a mecanização reduz a demanda por mão de obra no campo, contribuindo para fluxos migratórios e mudanças no perfil do emprego rural.

Para analisar criticamente essa realidade, é essencial utilizar indicadores socioambientais, isto é, dados mensuráveis que permitem acompanhar tendências, comparar períodos e avaliar consequências do desenvolvimento sobre a natureza e a sociedade. No Cerrado, são exemplos desses indicadores: taxa anual de desmatamento e fragmentação de habitats; percentual de vegetação nativa remanescente e de áreas protegidas; focos de queimadas e área queimada; disponibilidade e qualidade da água; número de espécies ameaçadas; além de indicadores sociais, como concentração fundiária e registros de conflitos por terra.

Ao categorizar e interpretar esses indicadores, torna-se possível debater o Cerrado não apenas como recurso econômico, mas como patrimônio ecológico fundamental e como base material de diferentes formas de vida. Dessa forma, o estudo do bioma contribui para a construção de uma análise crítica sobre políticas públicas, justiça socioambiental, conservação e desenvolvimento.

Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/862/836/3500>. Acesso em: 24 fev. 2026. Adaptado.

CINE PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA

2. SER TÃO VELHO CERRADO (DOCUMENTÁRIO).

SINOPSE

Classificação: Livre.

O documentário aborda os impactos ambientais e sociais sofridos pelo Cerrado brasileiro, com destaque para a Chapada dos Veadeiros, em Goiás. A obra problematiza a degradação do bioma e debate a busca por formas de desenvolvimento que conciliem conservação ambiental, ciência, comunidades locais e atividades econômicas.



3. A LEI DA ÁGUA – NOVO CÓDIGO FLORESTAL (DOCUMENTÁRIO).

SINOPSE

Classificação: Livre.

O documentário esclarece as mudanças promovidas

pelo novo Código Florestal e a polêmica em torno de sua elaboração, mostrando os impactos da legislação sobre a floresta e, por consequência, sobre a água, o ar, o solo, a produção de alimentos e a vida da população.



ATIVIDADES

16. Com base no Texto IV e na Figura 10, explique o que a expansão agropecuária revela sobre o modelo de desenvolvimento no Cerrado.

17. Cite um indicador ambiental e um indicador social mencionados no Texto IV e explique por que eles são importantes para analisar os impactos da ocupação do Cerrado.

18. (Enem-2016)

TEXTO I

O Cerrado brasileiro apresenta diversos aspectos favoráveis, mas tem como problema a baixa fertilidade de seus solos. A grande maioria é ácido, com baixo pH.

Disponível em: www.fmb.edu.br. Acesso em: 21 dez. 2012 (adaptado).

TEXTO II

O crescimento da participação da Região Central do Brasil na produção de soja foi estimulado, entre outros fatores, por avanços científicos em tecnologias para manejo de solos.

Disponível em: www.conhecer.org.br. Acesso em: 19 dez. 2012 (adaptado).

Nos textos, são apresentados aspectos do processo de ocupação de um bioma brasileiro. Uma tecnologia que permite corrigir os limites impostos pelas condições naturais está indicada em:

- Calagem.
- Hidroponia.
- Terraceamento.
- Cultivo orgânico.
- Rotação de culturas.

19. Com base no Texto IV, a expansão da agropecuária no Cerrado evidencia, principalmente, um modelo de ocupação do território marcado pela

- preservação mais ampla da vegetação nativa e menor uso intensivo da terra.
- expansão da agricultura empresarial integrada aos mercados nacionais e globais.
- valorização das práticas tradicionais de cultivo voltadas ao abastecimento local.
- redução do uso de máquinas, insumos modernos e infraestrutura no campo.
- fortalecimento de pequenas propriedades direcionadas ao consumo regional.

20. De acordo com o Texto IV, um dos efeitos sociais da modernização agropecuária no Cerrado é

- (A) o fortalecimento da agricultura familiar e a redução da concentração fundiária.
- (B) a diminuição dos conflitos territoriais e a valorização dos modos de vida tradicionais.
- (C) o aumento da demanda por mão de obra no campo devido à mecanização.
- (D) a intensificação da concentração fundiária e a pressão sobre comunidades tradicionais.
- (E) a substituição da produção de commodities por práticas sustentáveis em larga escala.

Leia o texto.

Texto V

Principais organismos internacionais e sua relação com o Brasil

O mundo contemporâneo é marcado por fortes assimetrias entre os países. Em geral, os países mais ricos, de industrialização pioneira, concentram tecnologia, crédito, grandes empresas e maior influência política, enquanto muitos países periféricos e semiperiféricos permanecem mais dependentes da exportação de produtos básicos e commodities e da importação de máquinas, tecnologias e bens industriais de maior valor agregado. Essas diferenças interferem nas oportunidades de crescimento, na inserção internacional e na capacidade de decisão dos Estados.

O economista Ruy Mauro Marini analisou esse quadro por meio do conceito de capitalismo dependente. Nessa condição, a economia nacional pode crescer e se integrar ao mercado mundial, mas continua submetida a mecanismos de subordinação externa, como dependência tecnológica, remessa de lucros e vulnerabilidade financeira. Essa perspectiva ajuda a compreender por que o crescimento econômico pode coexistir com desigualdade social, fragilidade industrial e limitações à soberania.

É nesse cenário que entram os organismos internacionais. Eles foram criados para lidar com temas que atravessam fronteiras, como paz, comércio, saúde e trabalho. Podem trazer cooperação, regras comuns e apoio técnico, mas também refletem o peso político e econômico dos países mais poderosos. Para o Brasil, isso pode representar ganhos, como o acesso a acordos, padrões e programas, mas também limites, como pressões e regras que reduzem a margem de escolha do Estado. Essa tensão ajuda a pensar os limites da cidadania em países dependentes: os direitos sociais, trabalhistas e ambientais, bem como a capacidade do Estado de formular políticas públicas, muitas vezes esbarram em decisões externas, mercados globais e regras internacionais.

Principais organismos internacionais

ONU (Organização das Nações Unidas)

A ONU é o principal espaço de diálogo político global. Reúne 193 países e atua em temas como paz, direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente. Para o Brasil,

a organização é importante por meio de suas agências e programas voltados ao desenvolvimento, à infância, à alimentação, aos refugiados e ao clima. Um de seus principais limites está no Conselho de Segurança, onde o poder de veto dos membros permanentes pode bloquear decisões e evidenciar a desigualdade de poder entre os países.

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

A OTAN é uma aliança político-militar de defesa coletiva formada por 32 países-membros. O Brasil não integra a organização. Ainda assim, crises e decisões envolvendo a OTAN podem afetar indiretamente o país, sobretudo por seus impactos geopolíticos, comerciais e energéticos. Isso demonstra que questões de segurança internacional também podem repercutir na economia e na política externa brasileiras.

OMC (Organização Mundial do Comércio)

A OMC administra acordos do comércio internacional, funciona como espaço de negociação entre os países-membros e oferece um mecanismo formal de solução de controvérsias comerciais. Atualmente, conta com 166 membros. Para o Brasil, a organização pode ser positiva ao reduzir barreiras consideradas injustas e ao disponibilizar um canal institucional para disputas comerciais. Ao mesmo tempo, parte de suas regras e negociações pode limitar políticas industriais e ampliar a pressão pela abertura de mercados, o que exige análise crítica sobre quem se beneficia dessas normas, quem tem maior poder de negociação e como isso repercute no emprego, na renda e na capacidade de desenvolvimento do país.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico)

A OCDE reúne 38 países-membros e produz padrões e recomendações sobre economia e políticas públicas. O Brasil está em processo de acesso à organização, iniciado formalmente em 2022. Entre os possíveis ganhos, destacam-se o alinhamento a boas práticas, a ampliação da cooperação internacional e o aumento da confiança externa. Por outro lado, há críticas de que determinadas exigências, se adotadas sem considerar a realidade social e produtiva do país, podem reduzir a autonomia nacional na formulação de políticas de desenvolvimento.

OMS (Organização Mundial da Saúde)

A OMS foi fundada em 1948 e coordena respostas globais na área da saúde, emite orientações técnicas e divulga dados epidemiológicos. Para o Brasil, contribui com referências utilizadas no Sistema Único de Saúde e com ações de cooperação em vigilância, prevenção e vacinação. O debate crítico surge quando decisões e recomendações da organização sofrem pressões políticas e econômicas internacionais, especialmente em contextos de crise sanitária.

OIT (Organização Internacional do Trabalho)

A OIT estabelece convenções internacionais sobre direitos do trabalho, como o combate ao trabalho infantil, ao trabalho forçado e a outras formas de violação trabalhista. O Brasil é membro fundador da organização e já ratificou

diversas convenções e protocolos da organização, ainda que nem todas permaneçam em vigor. O principal aspecto positivo da OIT é oferecer parâmetros internacionais de proteção ao trabalho. Seu limite está no fato de que a efetividade dessas normas depende da legislação nacional, da fiscalização e das escolhas políticas internas, de modo que a implementação nem sempre acompanha o que foi assumido nos acordos internacionais.

Desse modo, discutir os organismos internacionais no mundo contemporâneo não significa apenas identificar suas funções, mas compreender como suas normas, recomendações e decisões interferem na vida concreta da população. No caso brasileiro, temas como acesso à saúde, proteção do trabalho, comércio exterior, políticas industriais e margem de decisão do Estado revelam que a cidadania não se realiza em condições abstratas, mas dentro de uma ordem internacional marcada por desigualdades de poder. Em países de capitalismo dependente, a ampliação de direitos convive com limites impostos por pressões externas, regras multilaterais e interesses econômicos globais, o que exige análise crítica sobre soberania, desenvolvimento e cidadania.

O Quadro 1 sintetiza os principais organismos internacionais abordados no texto e sua relação com o Brasil.

Organismo	Fundação	Área de atuação	Relação com o Brasil
ONU	1945	Paz, direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente.	Membro fundador; defende a ampliação da participação dos países em desenvolvimento e busca assento permanente no Conselho de Segurança.
OTAN	1949	Defesa político-militar coletiva.	Não é membro; não integra o grupo de parceiros globais da OTAN; pode ser afetado indiretamente por crises e decisões do bloco.
OMC	1995	Comércio internacional.	Membro ativo de uma organização com 166 membros; participa de negociações e disputas comerciais, inclusive em temas agrícolas.
OCDE	1961	Políticas econômicas, governança e cooperação internacional.	País em processo de acesso desde 2022; busca maior integração a padrões e recomendações da organização.
OMS	1948	Saúde internacional.	Coopera com o Brasil em referências técnicas, vigilância epidemiológica e saúde pública.
OIT	1919	Direitos do trabalho e normas trabalhistas internacionais.	O Brasil participa da organização e adota referências internacionais sobre proteção ao trabalho; a efetivação depende de legislação e fiscalização internas.

Quadro 1 – Síntese dos principais organismos internacionais e sua relação com o Brasil

Referências:

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49188.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em: <https://www.oecd.org/about/members-and-partners/>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: <https://www.who.int/about>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <https://www.ilo.org/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

pagamentos, o Brasil recorreu a negociações e empréstimos do FMI, o que revela como a inserção internacional também pode impor condicionantes à política econômica nacional.

Do ponto de vista positivo, o FMI pode oferecer crédito em situações de instabilidade, além de contribuir para restaurar a confiança externa e evitar o agravamento de crises financeiras. Por outro lado, a relação com o Fundo costuma envolver exigências de ajuste econômico, controle de gastos, mudanças cambiais e outras medidas que podem reduzir a autonomia do Estado na definição de suas políticas. No caso brasileiro, essa relação evidencia uma tensão importante: ao mesmo tempo que o acesso ao financiamento internacional pode ajudar a enfrentar crises, ele também pode ampliar pressões externas sobre decisões econômicas internas.

Nas últimas décadas, essa relação passou por mudanças. Depois de ter recorrido a empréstimos em momentos críticos, o Brasil quitou sua dívida com o FMI em 2005 e, anos depois, chegou a emprestar recursos ao próprio Fundo. Ainda assim, o funcionamento do FMI continua baseado em cotas e pesos decisórios desiguais, o que mostra que os países mais fortes economicamente tendem a exercer maior influência. Assim, discutir a relação entre Brasil e FMI ajuda a compreender, de forma concreta, como soberania, desenvolvimento e cidadania podem ser afetados por regras e instituições da ordem econômica internacional.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/fmi-brasil-relacao-fundo-monetario-internacional/>. Acesso em: 27 mar. 2026. Adaptado.



ATIVIDADES

21. Segundo o Texto V, no contexto do capitalismo dependente, a atuação dos organismos internacionais no Brasil evidencia que o país:

- (A) integra-se ao mercado mundial e, por isso, supera progressivamente sua dependência tecnológica e financeira.
- (B) integra-se ao mercado mundial, mas continua submetido a pressões e regras externas que limitam sua soberania.
- (C) participa dos organismos internacionais em condições equivalentes às das grandes potências econômicas.
- (D) amplia sua inserção internacional e, com isso, deixa de sofrer os efeitos das crises globais sobre sua economia.
- (E) fortalece sua cidadania social porque as normas multilaterais substituem automaticamente as decisões internas do Estado.

22. Com base no Texto V e no Quadro 1, qual é o organismo internacional e o respectivo efeito de sua atuação sobre o Brasil?

- (A) OTAN – o Brasil é membro da aliança e participa diretamente das decisões de defesa coletiva do bloco.
- (B) OMC – o Brasil participa de negociações e disputas comerciais, o que pode favorecer seus interesses, embo-

Para saber mais!



FMI e Brasil: como é a relação com o Fundo Monetário Internacional?

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um organismo internacional criado em 1944, no contexto da Conferência de Bretton Woods, com o objetivo de contribuir para a estabilidade monetária e financeira internacional. A relação do Brasil com o Fundo é antiga: o país participou das articulações que antecederam sua criação e, desde então, manteve uma trajetória marcada por aproximações, conflitos e mudanças de posição ao longo do tempo. Em momentos de crise cambial, endividamento externo e dificuldades no balanço de

ra as regras também possam pressionar pela abertura de mercados.

- (C) OCDE – o Brasil já concluiu seu processo de adesão e passou a adotar automaticamente todas as recomendações da organização.
- (D) OMS – sua principal função em relação ao Brasil é coordenar alianças militares para enfrentar crises sanitárias.
- (E) OIT – suas convenções substituem integralmente a legislação brasileira e dispensam fiscalização interna.

23. Com base no Texto V e no box “Para saber mais!”, a relação do Brasil com o FMI mostra que:

- (A) O Fundo atua apenas como órgão de cooperação técnica, sem interferir nas escolhas econômicas dos países.
- (B) A quitação da dívida brasileira com o FMI encerrou definitivamente a influência de organismos financeiros internacionais sobre o país.
- (C) O acesso a crédito internacional pode ajudar em momentos de crise, mas também pode vir acompanhado de exigências que tensionam a autonomia do Estado.
- (D) Ao emprestar recursos ao FMI, o Brasil passou a ter o mesmo peso decisório das maiores potências dentro do Fundo.
- (E) O sistema de cotas do FMI garante participação igualitária a todos os países-membros, independentemente de sua força econômica.

24. Como as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) beneficiam os trabalhadores brasileiros e qual é o principal obstáculo interno para a efetivação desses direitos?

25. Cite dois organismos internacionais com os quais o Brasil mantém relação e indique, para cada um, um aspecto positivo e um limite dessa participação.



Revisa Goiás

Expediente

Governador do Estado de Goiás

Ronaldo Ramos Caiado

Vice-Governador do Estado de Goiás

Daniel Vilela

Secretária de Estado da Educação

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

Secretária-Adjunta

Helena Da Costa Bezerra

Diretora Pedagógica

Alessandra Oliveira de Almeida

Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Fátima Garcia Santana Rossi

Superintendente de Ensino Médio

Osvany Da Costa Gundim Cardoso

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Cel Mauro Ferreira Vilela

Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Elaine Machado Silveira

Superintendente de Atenção Especializada

Rupert Nickerson Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro

Andros Roberto Barbosa

Superintendente de Gestão Administrativa

Leonardo de Lima Santos

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Hudson Amarau de Oliveira

Superintendente de Infraestrutura

Gustavo de Moraes Veiga Jardim

Superintendente de Planejamento e Finanças

Taís Gomes Manvailer

Superintendente de Tecnologia

Bruno Marques Correia

Diretora de Política Educacional

Vanessa de Almeida Carvalho

Superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados

Márcia Maria de Carvalho Pereira

Superintendente do Programa Bolsa Educação

Márcio Roberto Ribeiro Capitelli

Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Curricular

Nayra Claudinne Guedes Menezes Colombo

Chefe do Núcleo de Recursos Didáticos

Evandro de Moura Rios

Coordenador de Recursos Didáticos para o Ensino Fundamental

Alexsander Costa Sampaio

Coordenadora de Recursos Didáticos para o Ensino Médio

Edinalva Soares de Carvalho Oliveira

Professores elaboradores de Língua Portuguesa

Bianca Felipe Ferreira

Edinalva Filha de Lima Ramos

Katiuscia Neves Almeida

Maria Aparecida Oliveira Paula

Norma Célia Junqueira de Amorim

Professores elaboradores de Matemática

Basilirio Alves da Costa Neto

Cleo Augusto dos Santos

Tayssa Tieni Vieira de Souza

Thiago Felipe de Rezende Moura

Tyago Cavalcante Bilio

Professores elaboradores de Ciências da Natureza

Leonora Aparecida dos Santos

Sandra Márcia de Oliveira Silva

Sílvio Coelho da Silva

Professores elaboradores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Eila da Rocha dos Santos

Geraldo Avelino Gomes Filho

Revisão

Cristiane Gonzaga Carneiro Silva

Diagramação

Adriani Grün

Alisse Theodora Ribeiro Silva